



REVISTA

Palmares

CULTURA AFRO-BRASILEIRA

ANO VI - NÚMERO 6 - MARÇO 2010 - ISSN 1808-7280

Pré-Conferência Nacional de Cultura Afro-brasileira

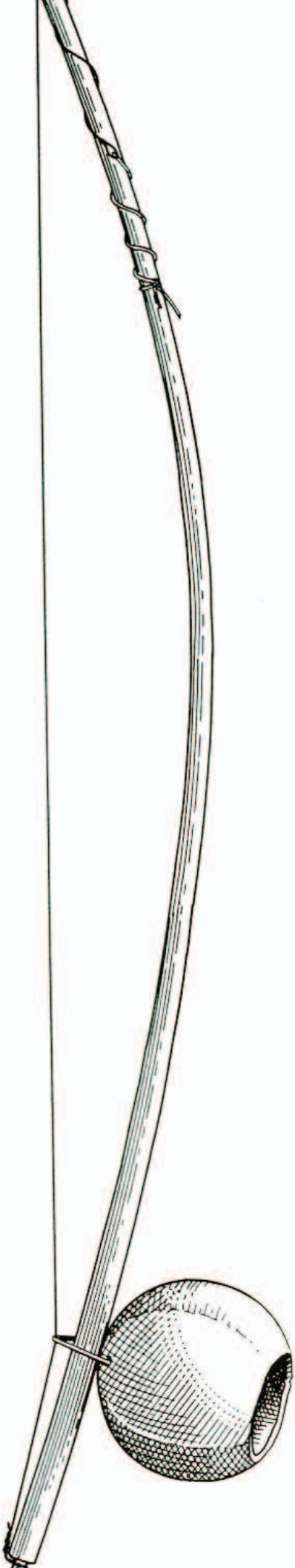
Encontro define estratégias da
cultura afro-brasileira para defender
na Conferência Nacional de Cultura



21 ANOS

MINISTÉRIO DA CULTURA

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES



Editorial

Este ano, o Ministério da Cultura completará 25 anos e a Fundação Cultural Palmares, instituição vinculada à Pasta, 22 anos. Adulta e madura – consolidada dentro do segmento que representa – a Fundação já passou por várias mudanças e, consequentemente, passará por tantas outras.

Os últimos sete anos foram marcantes neste processo. Mudamos o espaço físico da Fundação, que antes era chamado pelos militantes de “Porão do Navio Negreiro”, hoje temos uma nova sede com mais de 4 mil m², em local amplo e arejado; passamos de 90 servidores – sendo que cerca de um terço deles eram terceirizados – para 171. Modernizamos o parque tecnológico, um investimento de mais de R\$ 4 milhões e saímos de um orçamento de R\$ 8 milhões para cerca de R\$ 30 milhões, em 2010. Além disso, estreitamos laços com países da América Latina – que, contando com os brasileiros representam cerca de 123 milhões de afrodescendentes – e com os países da África, em eventos como a participação na Coordenação Geral do III Festival Mundial de Artes Negras – Fesman e com a Semana do Benin na Bahia, que teve cerca de 40 beninenses entre artistas e autoridades em um intercâmbio político e cultural.

Entre outras mudanças, também marcantes, está a nova política de repasse de verbas, passamos a adotar editais com critérios de regionalização. Enterramos definitivamente a política do balcão e dos apadrinhamentos e demos lugar às políticas públicas que foram implementadas de maneira vigorosa, transparente e democrática.

Nesse sentido, 2010 promete. O ano começou dinâmico com o Movimento AfroPop Brasileiro, idealizado por Margareth Menezes e patrocinado pela Palmares; com o 1º Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-brasileiras – de R\$ 1,1 milhão –, com a pré-Conferência Nacional de Cultura Afro-brasileira e agora, nesse mês, com a participação efetiva da Palmares na Conferência Nacional de Cultura. Ainda estão previstos cinco eventos internacionais – Conferência internacional sobre o futuro da língua portuguesa no cenário mundial; Conferência Iberoamericana para uma agenda afrodescendente das Américas; Copa da Cultura na África do Sul; 3º Congresso da cultura Iberoamericana; Semana do Brasil no Benin – além de dois grandes editais, o de 21 de agosto, data de aniversário da Fundação e o Idéias Criativas, para o 20 de novembro.

Para isso, contaremos com a dedicação da equipe da Fundação – sempre atenta as missões e aos valores que norteiam o objetivo de sua existência – e com as bençãos de Yemanjá e Oxalá, regentes de 2010.

Axé !

Zulu Araújo

Presidente da Fundação Cultural Palmares

REVISTA
Palmares
CULTURA AFRO-BRASILEIRA
ANO VI - NÚMERO 6 - MARÇO 2010
ISSN 1808-7280

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura

Juca Ferreira

Fundação Cultural Palmares

Presidente

Zulu Araújo

Chefia de Gabinete

Eliane Borges

Assessoria Internacional

Martha Mouterde

Assessoria de Comunicação

Rachel Mortari

Dep. de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira

Elísio Lopes Junior

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

Maurício Reis

Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra

Mércia Queiroz

Coordenação-Geral de Gestão Estratégica

Maria Aparecida Chagas Ferreira

Coordenação Geral de Gestão Interna

Remo Nonato

Procuradoria Geral

Dora Lúcia de Lima Bertúlio

Auditor Interno

Ricardo Portocarrero Menezes

Representante da Fundação Cultural Palmares no Rio de Janeiro

Benedito Sergio de Almeida Alves

Representante da Fundação Cultural Palmares na Bahia

Luciana Mota

Representante da Fundação Cultural Palmares em Alagoas

Mestre Cláudio

Revista Palmares

Jornalista Responsável

Rachel Mortari MTb 650/AL

Revisão

Lúcia Pinheiro MTb 870 DRT/PA

Matérias

Lúcia Pinheiro

Marcus Bennett

Rachel Mortari

Arte e Diagramação

Alessandro Naves Resck

Fotos

Arquivo/Palmares

Foto Capa

Estúdio Foto´ Art

Grafite do DF Zulu

Equipe Ascom Palmares

Coordenação

Rachel Mortari

Jornalista

Lúcia Pinheiro

Publicidade e Marketing

Caína Castanha

Web Designer

Alessandro Naves Resck

Estagiária de Jornalismo

Ana Paula Mendes

Secretária

Ana Carla Rogado

Tiragem: 8.000 exemplares

Distribuição Gratuita

Gráfica Brasil

Endereço:

Setor Bancário Sul, Quadra 2, Lote 11 Asa Sul - Brasília/DF - 70070-120

Telefone: (61) 3424-0166 / 0162 - Telefax: (61) 3424-0164

www.palmares.gov.br

Sumário

Pré-Conferência Nacional de Cultura Afro-brasileira	4
--	----------

Temas discutidos

Eixo 1 - Produção Simbólica e Diversidade da Cultura Afro-brasileira	12
Eixo 2 - Cultura, Cidade e Cidadania Afro-brasileira	14
Eixo 3 - Desenvolvimento Sustentável e Cultura Afro-brasileira	17
Eixo 4 - Economia Criativa e Cultura Afro-brasileira	19
Eixo 5 - Gestão e Institucionalidade da Cultura Afro-brasileira	21

Estatuto da Igualdade Racial	24
-------------------------------------	-----------

Quilombolas e a resistência	28
------------------------------------	-----------

Movimento AfroPop Brasileiro	36
-------------------------------------	-----------

Projeto Parabólica	46
---------------------------	-----------

Encontro Afro-latino	48
-----------------------------	-----------

Notas	54
--------------	-----------





PRÉ - CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Encontro debate espaço da cultura negra no Brasil

Durante dois dias cerca de duzentas pessoas participaram da pré-Conferência Nacional de Cultura Afro-brasileira. Na pauta, questões como racismo institucional, apropriação de conhecimento, intolerância, e muitos outros temas ligados à condição do negro hoje no país

Rachel Mortari

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em janeiro deste ano, o Brasil ganhou 3,2 milhões de pessoas autodeclaradas pardas e perdeu 450 mil pessoas brancas. Dados como esses, revelados na autodeclaração dos entrevistados, mostram mudanças no sentimento de pertencimento de uma população e, em uma perspectiva subjetiva, confirmam que a noção de raça é uma construção social e que há mudanças ocorrendo nesse sentido, fruto do debate sobre as políticas afirmativas adotadas no Brasil.

Mudanças que, consequentemente, devem ocorrer também no campo da cultura. A mesma pesquisa informa que em 2010 a população brasileira é composta por 50,30% de negros, dessa forma o espaço da cultura negra ou afro-brasileira não deve se restringir a guetos e nem ser vista de forma folclórica e setorializada dentro da sociedade, visto que é a base da expressão de mais da metade da população. "A cultura brasileira é, em todos os sentidos, a cultura negra. É preciso que isso seja respeitado", afirma o cantor Lazzo Matumbi.

Foi este sentimento de autoreconhecimento que norteou os debates da pré-Conferência Nacional de Cultura

Afro-brasileira, nos dias 24 e 25 de fevereiro, em Brasília, organizada pela Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, com o objetivo de apresentar propostas do setor para a 2ª Conferência Nacional de Cultura (CNC) que acontecerá entre os dias 11 e 14 de março, também na capital federal.

Durante os dois dias do evento, delegados, militantes, atores, representantes de religiões de matriz africana e demais protagonistas da cultura afro-brasileira – cerca de duzentas pessoas – discutiram cinco eixos estratégicos, que serão debatidos na conferência nacional: produção simbólica e



Foto: Pedro França, Comunicação Social/MinC

Na mesa de abertura estavam o cantor baiano Lazzo Matumbi, o embaixador do Senegal no Brasil, Fodé Seck, Zulu Araújo, presidente da Fundação Cultural Palmares, o jornalista e editor da Revista Raça, Maurício Pestana; a secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura e coordenadora executiva do Programa Mais Cultura, Silvana Meireles, representando o ministro Juca Ferreira e mãe Railda de Oxum

diversidade da cultura afro-brasileira; cultura, cidade e cidadania afro-brasileira; cultura afro-brasileira e economia criativa, e gestão e institucionalidade da cultura afro-brasileira (leia na pag. 12).

Esses temas suscitaram debate sobre o espaço da cultura negra dentro da sociedade brasileira, racismo institucional, apropriação de conhecimento, intolerância e outras questões ligadas à condição do negro no Brasil hoje. "Parece que é pouco, mas antes nem esse debate era travado; este espaço é uma grande conquista", comemora Dora Bertúlio, procuradora chefe da Palmares.

Esse mesmo espaço dentro das políticas públicas da cultura brasileira foi questionado pelo presidente da Fundação, Zulu Araújo, que em seu discurso de

abertura fez uma explanação sobre os últimos sete anos da Palmares. "O que consideramos prioritário, neste momento, não é a ampliação pura e simples do orçamento da Palmares, embora isto seja importante. O que nós consideramos prioritário é disputar em igualdade de condições os R\$ 2 bilhões que serão disponibilizados para o Ministério da Cultura

neste ano. Se fizermos uma continha simples, com 10% deste montante teremos R\$ 200 milhões de investimento na cultura afro-brasileira, isto significa quase 10 vezes mais o orçamento destinado à Palmares. Já que somos a maioria da população brasileira, por que não fazemos valer este aspecto quantitativo, do ponto de vista político.



Foto: Estúdio Foto Art

DF Zulu animou levou sua arte ao encerramento do 1º dia

Zulu encerrou a pré-Conferência falando da importância do momento para a comunidade negra e disse que os critérios escolhidos para a condução do encontro foram elaborados em conjunto com todos os dirigentes da Palmares, de forma democrática. “O processo foi transparente do início ao fim. E isso tudo é uma grande vitória, não só para o movimento, por vocês estarem aqui, mas pelas decisões que foram tomadas. Estamos prontos para discutir a conferência nacional de igual para igual.”

Ele disse que no encontro nacional a discussão será política e que os delegados terão que fazer política também na área

de cultura. “Teremos que fazer nossas reivindicações pelo convencimento e espero que os representantes escolhidos defendam as estratégias aprovadas de maneira coletiva, respeitando este fórum”.

No encerramento a descontração ficou por conta do movimento *hip-hop* do DF Zulu, da Ceilândia, Distrito Federal -, que integra música, dança, grafite e *rap*, e do grupo Chorinho a Bessa.

O evento foi organizado pelo Departamento de Promoção da Cultura Afro-brasileira da Palmares, cujo responsável pela pasta, Elísio Lopes Junior, declarou que o encontro foi proveitoso.

“Tivemos menos de 30 dias para organizá-lo e, além disso, é um encontro eclético, pois aqui estão representados os 27 estados e a cultura afro-brasileira não se resume apenas em uma expressão artística, ela tem várias vertentes. Reunimos pessoas ligadas à música, dança, representantes de religiões de matriz africana, pensadores, quilombolas. Reunir essa diversidade de pessoas para discutir e definir apenas cinco estratégias é um grande desafio, mas há, também, um grande esforço de todos os que estão aqui para que a gente desenhe políticas culturais para a cultura afro-brasileira”, completou Elísio. ✕

Foto: Estúdio Foto' Art



Plenária em momento de benção para iniciar as atividades

As decisões

Além dos eixos, o encontro definiu os delegados que representarão a cultura negra na Conferência Nacional e a lista tríplice que vai se encaminhada ao ministro da Cultura para a escolha dos dois nomes que representarão o setor no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

Além disso foram aprovadas três moções, uma encaminhada ao ministro da Cultura, Juca Ferreira, e duas encaminhadas ao presidente da Palmares, Zulu Araújo. A encaminhada ao ministro sugere que sejam

considerados os membros da lista tríplice elaborada pela pré-Conferência para conselheiros do CNPC. Zulu confirmou o compromisso do ministro em garantir a inclusão desses nomes. Dos três, dois serão escolhidos pelo ministro como conselheiros.

Das moções encaminhadas ao presidente da Palmares uma pede apoio técnico e institucional para a criação do Fórum Nacional de Culturas Afro-Brasileiras, para a qual Zulu colocou a Fundação que dirige à disposição. A outra traz o repúdio da delegação do Acre – e pede o apoio da Palmares – ao o prefeito

da cidade de Senador Guionard, que transformou a frente da casa e templo religioso do pai Daniel de Oscassio em depósito de lixo em represália a denúncias de intolerância religiosa.

A delegada e artística plástica, Ivonete Aparecida Alves, acredita na intersectorialidade para a criação de propostas de políticas públicas. “A pré-Conferência tem esse papel aglutinador”, além disso considera o fórum permanente, aprovado em moção, uma grande conquista, “pois o movimento ainda é muito desarticulado, com um certo bairrismo”.

Nome dos delegados

Região Sudeste:

Titulares: Sandra Maria da Silva e Ivonete Aparecida Alves
Suplentes: Mãe Maria Moura e Adriana Barbosa

Região Nordeste:

Titulares: Maria Lucia Goes Brito e Ivonete Aparecida Alves
Suplentes: Benedito Basílio Gomes Filho (Bené Gomes) e José Felipe dos Santos

Região Norte:

Titulares: José Rodrigues “Arimatéia” e Maria Aparecida Matos
Suplentes: Antônio José Amaral Ferreira (PA) e Janete dos Santos Oliveira

Região Centro-Oeste:

Titulares: Wanderléia Santos Rosa e Marlene de A. Justino
Suplentes : Pedro de Reis Oliveira

e Maria Liosmira Rodrigues dos Santos – ‘Mãe Dalila’

Região Sul:

Titulares: Márcio Ramos e Isabela Patrícia Camargo S. da Cruz
Suplentes: Dalzira Márcia Aparecida e Janete Gomes da Silva

Lista tríplice:

Luciana Conceição da Silveira, Lamartine Silva, Antonio José Amaral Ferreira.

“Espero que os delegados defendam as estratégias aprovadas de maneira coletiva, respeitando este fórum”, diz Zulu Araújo

Foto: Estúdio Foto' Art





Foto: Estúdio Foto' Art

Grupo de Trabalho discutindo eixos temáticos

Estratégias aprovadas:

1) Construir uma rede colaborativa de caráter propositivo com abrangência nacional, formada por representantes do poder público e sociedade civil, coordenada pela Fundação Cultural Palmares, com o objetivo de promover a formação, articulação e intervenção política com vistas a favorecer a execução de políticas públicas afins com a diversidade da cultura afro-brasileira, resguardando o universo variado da produção simbólica.

2) Definição de ações afirmativas para a cultura afro-brasileira na mídia, ocupação espacial e georeferenciamento orientado pela presença negra e cultura afro-brasileira nas cidades garantindo a apropriação dos marcos regulatórios político-jurídicos já existentes que interessam a comunidade afro-

brasileira e a uma política cultural para a cultura afro-brasileira.

3) Garantir um percentual do recurso do FNC, para valorização e promoção da cultura afro-brasileira, a ser gerido pela Fundação Cultural Palmares.

4) Criar mecanismos de ações afirmativas que contemplem projetos promovidos por proponentes afro-descendentes e a produção cultural negra no Fundo Nacional de Cultura no segmento da diversidade, além de editais promovidos pelas estatais. Levando em consideração não somente a produção, mas também a difusão e distribuição dos produtos culturais negros para os eventos nacionais e internacionais, inclusive criando uma Feira Nacional de Cultura Negra para promover

intercâmbio e negócios entre os empreendimentos negros.

5) Formação continuada a ser organizada pelo Ministério da Cultura sobre relações raciais nas secretarias vinculadas ao MinC, com o objetivo de combater o racismo institucional, além da promoção pelo MinC de oficinas de capacitação para elaboração de projetos de cultura negra, junto às organizações proponentes, bem como a proposição à Advocacia Geral da União (AGU) para a realização de curso de formação em relações raciais junto aos procuradores federais e advogados da União, solicitando à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir para que dê ênfase à cultura afro-brasileira nos programas dos ministérios e secretarias da Presidência. ✕



Participantes da pré-Conferência

Mural



Mãe Railda de Oxum



Professor Samuel Vida, na palestra sobre Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento na Cultura Afro-Brasileira



Editor da Revista Raça, jornalista Maurício Pestana e o presidente da FCP, Zulu Araújo



Participante da pré-Conferência



Diretor de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira da FCP, Elísio Lopes Junior



Participante da pré-Conferência



Participante da pré-Conferência



Ao centro, o ator Antônio Pompeu e à direita o diretor de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP, Maurício Reis



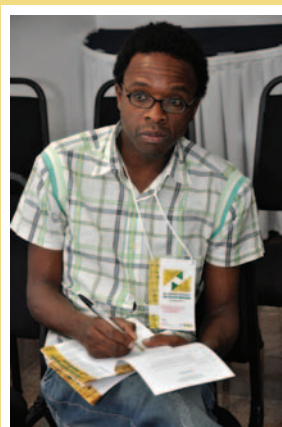
Delegada Ivonete Aparecida Alves



Participantes da pré-Conferência



Ao centro, o cantor Lazzo Matumbi e à direita o embaixador do Senegal no Brasil, Fodé Seck



Cineasta Jeferson D



Abertura da pré-Conferência

Eixo 1 – Produção Simbólica e Diversidade da Cultura Afro-brasileira

Rosane Borges, mediadora

Foto: Estúdio Foto Art



É dado incontestável o fato de o homem se constituir como ser simbólico. O ser falante/social, marca registrada do homem, torna-se distinto de outros animais pela assunção da ordem simbólica. Esta se refere a uma operação de diferenciação/substituição que organiza o mundo com um dado a ver, a vivenciar. Trata-se de uma operação de separação que marca a passagem natureza/cultura. Segundo o antropólogo Ernest Cassirer, o homem não vive num universo puramente físico, mas num âmbito fundamentalmente simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes deste universo. São os vários fios que tecem a rede simbólica, a teia emaranhada da experiência humana. Todo o progresso humano, no pensamento e na experiência, aperfeiçoa e fortalece esta rede.

A ordem simbólica é o lugar onde se constitui o humano: ser social, falante, fabricante, uma vez que lhe dá acesso ao mundo

por meio das significações que institui. É ele que garante o distanciamento da natureza, à construção do mundo, à construção da realidade a ser vivida, nos fornecendo um quadro comum de referência com o qual tecemos a História.

Por esta condição, percebemos que a produção simbólica, a produção cultural é nexos prioritários para a emancipação humana em sua radicalidade. Muitas vezes reduzida a apenas algumas de suas possibilidades, a cultura possibilita uma redefinição dos códigos sociais, políticos e econômicos que regem a dinâmica das relações. A ordem simbólica nos diz, assim, que o homem é um ser de cultura que, no sentido antropológico do termo, é “um conjunto complexo que inclui os saberes, as crenças, a arte, o direito, os costumes, assim como todas as maneiras e regras usadas pelo homem que vive em sociedade”.

Esta definição nos leva ao menos a duas consequências. De um lado, liga a dimensão de cultura à dimensão social do homem: implica as criações que operam o homem que vive em sociedade, e para que esta existência social se realize e se reproduza. Se cada indivíduo tiver seu direito reconhecido em aceitar, recusar ou modificar sua herança cultural, então a cultura pertence a uma dimensão coletiva essencial. De outro lado, esta dimensão coletiva pode visar o reconhecimento de grupos

historicamente discriminados, resgatando o estatuto universal de sua produção cultural. Sob esse olhar, poderemos então falar de cultura, de direitos culturais e de diversidade cultural.

Diversidade Cultural Afro-brasileira

No que diz respeito à cultura afro-brasileira, como podemos ver nela o estatuto do universal do ser humano a partir de matrizes africanas que foram ressignificadas no contexto brasileiro? São várias as perspectivas que se abrem para uma intervenção cultural que não se queira apenas restrita à festividade efêmera e passageira.

Sabemos da influência monumental dos negros na formação da cultura nacional. A diáspora africana no mundo, com a experiência dolorosa da escravidão moderna, legou aos diversos países o exercício de práticas culturais tão plurais quanto incontáveis. As variadas etnias dos escravizados, bantos, nagôs, jejes – extratos que deram origem às religiões afro-brasileiras –, e hauçás e malês – de origem islâmica e alfabetizados em árabe – trouxeram, igualmente, tradições distintas.

Dança, música, religião, culinária e idioma brasileiros foram banhados nas matrizes fundantes da cultura brasileira (africana, indígena e européia), desenhando os contornos de um país plural em suas manifestações. Se por um lado, a

presença indisfarçável da cultura afro-brasileira é consenso, por outro permanece o desafio de combinarmos cultura e estrutura. Somos um país assimilacionista do ponto de vista cultural (nos formamos a partir de influências africanas, indígenas e europeia), mas excludente do ponto de vista das estruturas sociais. Diversidade cultural e pluralidade não são correlatas de equidade e acesso igualitários a bens simbólicos. Como promover, então, a aproximação entre cultura e igualdade, a fim de que possamos vivenciar a experiência da pluralidade, livre das assimetrias que marcam o jogo das relações raciais? Como fazer da diversidade cultural afro-brasileira um meio pelo qual redefinamos a dinâmica social, marcada por assimetrias sociais?

Um dos caminhos, entre os vários trajetos possíveis, é, como consideram os pesquisadores Ratts e Damascena (2006), identificar a produção do conhecimento, o saber, o fazer negro africano nas práticas cotidianas, já que a cultura e as

práticas culturais são elaboradas cotidianamente, transformando o conhecimento em experiência de aprendizagem, do mesmo modo que a própria experiência vivida se transforma em conhecimento. Aprende-se por meio da socialização. Em todos os momentos da existência, na relação com o outro e nas ações vividas é que nos constituímos. Essa constituição é elaborada constantemente e se revela nas mínimas coisas. Assim, pormenores normalmente considerados sem importância e triviais carregam muitos elementos importantes que nos permitem captar a realidade. Considerar os mais diversos elementos presentes nas práticas, como alimentação, vestuário, oralidade, gestualidade, sonoridade, odores ou sabores, permite decifrar a diversidade e a complexidade da realidade histórica da população afro-brasileira e alegar participação igualitária da população negra na vida nacional. O patrimônio cultural da população negra é composto de bens materiais e

imateriais, que são expressões dessas comunidades nos mais diferentes aspectos: objetos, costumes, canções, rituais, encontrados na religião, na culinária, nos modos de tecer e de se vestir. Uma retomada de vozes que ficaram silenciadas por opressões históricas é fundamental e necessária para uma compreensão democrática de educação e, por conseguinte, das relações sociais. O primeiro movimento para esta escuta é o reconhecimento da existência de espaços outros que não o da educação formal, como portadores de saberes. Para isso, é necessário tomar como imprescindível para o entendimento desses saberes, os nexos entre educação e cultura, considerando que uma não existe sem a outra, ambas sendo alimentadas e alimentando-se na arte e na memória.

Esse princípio é revestido de exigência ética sem a qual não poderemos ensinar práticas culturais que promovam a emancipação e a igualdade entre os povos que construíram o País. ✕



Foto: Estúdio Foto' Art

Grupo de Trabalho discutindo eixos temáticos

Eixo 2 – Cultura, Cidade e Cidadania Afro-brasileira

Ari Lima, mediador

Foto: Estúdio Foto Art



A cidade e a cultura afro-brasileira para além do carnaval

Para esta pré-Conferência Nacional de Cultura Afro-brasileira, foi-me solicitado desenvolver o argumento da cidade como espaço de produção, intervenção, diálogos, trocas culturais, garantias de direito e acesso a bens culturais. Compreendo que sendo este um evento de âmbito nacional, a “cultura” e a “cidade” devam ser tratados de modo que todas as nossas manifestações culturais e todas as nossas cidades, ou ao menos as nossas diferentes cidades-referências, sejam contempladas e alentadas na discussão. Por outro lado, localizados que estamos em um país de dimensões continentais, formado por cidades que remetem a uma história social e cultural comungáveis, porém distinguíveis em muitos aspectos incomuns e muito específicos, preferi organizar ideias, elaborar provocações que se podem remeter a todas as cidades

brasileiras, tomo a cidade de Salvador, minha cidade de referência e pertencimento, como estrutura histórica, social e cultural modelar.

Além disso, quero confessar a dificuldade que tive em atender a provocação feita, na medida em que esta parece solicitar a adesão a uma assertiva. Ou seja, senti-me convocado a aderir ao argumento de uma política cultural que parece ter seu germe de sentido na compreensão da *polis*, da cidade brasileira, como espaço vocacionado à diversidade cultural, à pluralidade e justaposição de pontos de vista, à equivalência ideológica e simbólica de sujeitos e produções culturais, à democracia. Não compartilho deste ponto de vista. Compreendo que, por um lado, todas as nossas cidades-referência são espaços culturais multirreferenciados, porém nossa experiência de *polis*, de cidade me parece um simulacro da noção de urbanidade que prevê como fundante o diálogo, a troca e o acesso equitativo a bens culturais. De fato, nossa experiência de cidade parece ter como fundante a contínua reprodução de hierarquias, sobretudo a racial, da exclusão, da repulsa à dissensão e ao conflito de opiniões e ideias. Enfim, fundante em nossa experiência de cidade é o autoritarismo e a pretensão homogeneizante.

Neste sentido, no simulacro urbano, que é a cidade, a produção e o acesso aos bens culturais em Salvador, temos de

fato uma experiência particular que remete à cidade em seu cotidiano, mas por outro lado se descola deste mesmo cotidiano, porque ele é superado por uma realidade imaginária, fundada no espetáculo, no mercado de bens culturais e na midiaticização. Enfim, temos uma cidade predominantemente negra, muito diversificada em sua configuração cultural negra, branca ou mestiça, mas que hoje se traduz, todo o tempo, em carnaval e mercadoria de suposto caráter popular e democrático. Em nome do povo, pelo povo, para o povo (leia-se povo negro), a carnavalização, a espetacularização e a mercantilização do cotidiano se consolida na cidade de Salvador na medida em que é vitoriosa a perspectiva que apaga a esperança e os sonhos de muitos que tiveram o privilégio de sonhar e cultivar outra realidade cultural. Assim como se consolida na medida em que sonega a uma maioria absoluta a quem se dirige esta mesma perspectiva do sonho e da esperança da intervenção, diálogo e trocas culturais. Ou seja, a cidade carnalizada, espetacularizada, midiaticizada entende e dissemina o argumento de que a ignorância de si mesmo, do outro, de sua própria realidade cultural é salvação, “é só alegria”, como se diz na Bahia, e que a lucidez do conhecimento, da criação, da dissensão e do conflito de ideias é dor e caminho atávico para a solidão cultural e existencial.

É preciso ainda dizer que a nossa cidade até se constitui como um espaço de produção cultural, mas não pode ser um espaço de intervenção, de diálogo, de trocas culturais e de acesso equivalente a bens culturais, porque impregnada de sua herança colonial e escravocrata, fomenta a interação, a convivência de diferentes, mas abomina o diálogo e as trocas culturais. E não pode haver diálogo num contexto territorial onde as pessoas do discurso são senhor e escravo, inferiores e superiores, abastados e despossuídos de riqueza material, mentes perversas e vidas roubadas.

Imaginem que durante o carnaval da cidade de Salvador, vi na internet um depoimento do

suposto inventor da axé music, o músico Luiz Caldas, que afirmou: “Axé music não é estilo musical, é democracia musical”. Na entrevista, várias vezes o próprio Luiz Caldas, outros artistas e vários dos seus fãs lembraram o texto da emblemática canção de Axé Music composta por Caldas e Paulinho Camafeu há 25 anos:

*Nega do cabelo duro
Que não gosta de pentear
Quando passa na boca do tubo
O negão começa a gritar
Pega ela aí
Pra quê?
Pra passar batom
De que cor?
De violeta
Na boca e na porta do céu
Na boca e na bochecha*

Desde a ascensão e consolidação da axé music, o texto na canção popular e afro-baiana foi se reduzindo, se reduzindo até chegar apenas ao refrão. Foi se reduzindo, se reduzindo até que os movimentos de quem ouve se tornassem cada vez mais óbvios. Ou seja, aboliu-se a dança, o prazer de coreografar espontâneo e popular em nome de um erotismo que repete o negro e a cultura afro-baiana como raça objetificada, esvaziada e simulacro. A experiência com a música foi se reduzindo, se reduzindo de tal modo que artistas de todas as tendências musicais são compelidos ao elogio e afirmação da axé music como o viés, por excelência, da criação musical. Isto porque esta



Grupo de Trabalho discutindo eixos temáticos

Foto: Estúdio Foto' Art

parece ser a única possibilidade de abrir mercado, sobreviver no mercado e diversificar o espetáculo, embora o preço a pagar seja altíssimo, uma vez que todas as tendências musicais acabam tendo de permitir que toda música acabe em axé music. De fato, apesar de ser o carnaval não se constitui o diálogo, não há intervenção nem troca cultural. Há mercado e cada vez mais variações de mercado.

Para terminar, vou me remeter brevemente à história do Grupo Cultural Olodum e seu impacto na cultura do carnaval afro-baiano. Há 30 anos, no finalzinho da década em que se nutriram efervescentes esperanças de transformação e sublimação da triste e dessemelhante realidade em que permanecemos, o Olodum estreou com a pretensão de “fazer cultura” e fazer a diferença para além do carnaval. Ali se percebia a intenção de que o quadro atual, já esboçado, viesse a ser inoculado ou ao menos interceptado por um novo sopro de esperança. Desde então, o Olodum estabeleceu uma nova clivagem no carnaval, elaborou um discurso étnico-musical que ultrapassou a referência mítica negro-africana. A negritude com o Olodum continuou sendo a revelação da beleza, da energia, da dignidade do ser negro, mas foi também colocada como uma questão política diante de públicos dispersos na diáspora, heterogêneos, negros e brancos.

Acontece que, com o passar dos anos, garantiu-se um retorno simbólico e econômico daquilo que o patrimônio cultural negro expressa, mas por outro lado, garantiu-se apenas uma

A negritude com o Olodum continuou sendo a revelação da beleza, da energia, da dignidade do ser negro

sobrevida institucionalizada desse patrimônio no carnaval. Isto porque, em 30 anos de existência do Grupo Cultural Olodum, constatamos os limites que uma produção cultural nestes termos enfrenta para redefinir a vida simbólica e material de uma grande massa de indivíduos negros. Ou seja, aqueles que fazem, aqueles que administram e aqueles que “curtem” o carnaval se responsabilizam cada vez menos pela dimensão constitutiva do carnaval da Bahia, sua problemática particular, que é seu viés popular e participativo. Acredito mesmo que estejam convencidos de que este carnaval, por si só, como ele hoje se estrutura, já se oferece como circunstância de elogio e promoção da participação popular ampla e diversificada, até porque é assim que os meios de comunicação, os formadores de opinião, artistas consagrados e os organizadores o divulgam.

De fato, o carnaval baiano em seus “circuitos” pretensamente democráticos, está orientado por uma política cultural, por uma estética e um modelo de comunicação empresarial e privada que não ignora em sua totalidade o patrimônio cultural negro e os negros, até porque seria impossível fazê-lo, mas

os despreza. Esta comunicação empresarial educa e disciplina a percepção e o gosto estético não mais do folião, mas do consumidor, durante os 11 meses que antecedem o carnaval – através de telenovelas, telejornais, impressos, rádio, publicidade e espetáculos de grande porte, de modo que a massa negra permaneça complacente à negação de si mesma e antipopular. Assim, as imagens e o imaginário alternativos criados pelo Olodum, ao longo de 30 anos, aparecem hoje como um suspiro, “bonito de se ver”, mas são incapazes de impedir que esta triste e dessemelhante realidade do carnaval tenha se consolidado como norma.

Bom seria que, além de produzir imagens e imaginário alternativos à norma vigente, entidades como o Olodum dispusessem também de um aparato econômico e tecnológico que permitisse um tratamento estético e político de outra ordem das imagens capturadas e do imaginário produzidos e disseminados entre aqueles que fazem, que administram e “curtem” o carnaval. Ou seja, bom seria que tais agentes do carnaval pudessem falar para si mesmos de modo que outros pudessem também se entreter, os ouvir e, digamos, democraticamente, reorientar suas ações. Enfim, nos próximos anos, me parece que é uma tarefa do Olodum, mas também de uma inovadora política cultural, deve se promover uma intervenção cultural no carnaval de modo que se mantenha sua dimensão festiva, mas se renove seu vigor político e estético. ✕

Eixo 3 – Desenvolvimento Sustentável e Cultura Afro-brasileira

Mércia Queiroz, mediadora

Foto: Estúdio Foto' Art



“só haverá verdadeiro desenvolvimento, que não se deve confundir com crescimento econômico, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente”
(Celso Furtado)

Na atual perspectiva da promoção do desenvolvimento humano e social sustentável, parece haver alguns consensos quanto à compreensão de que: o desenvolvimento, embora dependa do crescimento econômico, não é resultante automático deste, devendo, assim, ser reconhecido e planejado observando-se sua transversalidade com os aspectos sociais e culturais de cada país; ele se faz sobre uma base local, territorial – o que implica planejamento de modo participativo – devendo elevar o poder aquisitivo e a qualidade de vida do global da sociedade, dentro dos princípios dos direitos humanos; e, por fim, de que

deve também ser sustentável, em respeito a esta e às próximas gerações.

Por outro lado, a cultura vem sendo compreendida na sua diversidade, nas suas diversas dimensões: a simbólica (produção simbólica); a coletiva e política (“dimensão cidadã”) – cultura como um direito de criar, produzir e de ter acesso a ela; e na sua dimensão produtiva e econômica (geração de valor, emprego e renda), o que lhe imprime um caráter transversal com os demais setores da vida social (educação, saúde, comunicação, turismo, ciência e tecnologia, segurança etc.)

Assim, o potencial da cultura vem sendo cada vez mais reconhecido como estratégia para o desenvolvimento, tanto no seu entendimento como um bem simbólico e veículo de transmissão de idéias e valores, resgatando na alma da sociedade aquilo que só ela pode oferecer ao mundo como, ao mesmo tempo, possuidora de um valor econômico que pode contribuir para a pauta de fluxos nacionais e internacionais de bens e serviços do país.

No Brasil, país de inquestionável riqueza cultural e também de muitas desigualdades, muito se tem avançado nas políticas públicas para as complexas relações entre cultura e desenvolvimento. É importante lembrar, por exemplo, a ratificação, em 2007, da “Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das

Expressões Culturais” (UNESCO, de 2005), na qual, articulada aos direitos humanos e ao princípio da diversidade, a cultura é concebida como elemento estratégico no processo de desenvolvimento sustentável; e a formulação do “Plano Nacional de Cultura”, com grande mobilização e participação da sociedade civil, que “estabelece vínculos entre arte, ciência e economia na perspectiva da inclusão e do desenvolvimento”. Ainda assim, sabemos que temos muito a caminhar para fazer valer estes avanços, visando a construção de um modelo mais humano, sustentável e inclusivo, no qual a função estratégica da cultura é fundamental.

Certamente que não se pode negar a relevância da discussão sobre a cultura como um recurso capaz de gerar riquezas ou, melhor dizendo, a importância da problemática que envolve a cultura e sua relação com o desenvolvimento em todas as suas dimensões. Todavia, como alguns autores advertem, também precisamos estar atentos a que o potencial de geração de riquezas e de empregos representado pela cultura não pode nem deve ser separado de uma visão ampliada da cultura como geradora de riquezas simbólicas. Trata-se, portanto, de buscar o crescimento econômico por meio do estímulo às atividades ligadas à cultura, criando também, e principalmente, as condições propícias ao aumento da diversidade das manifestações

culturais, promovendo a inclusão, simultaneamente cultural, social e econômica, de novos e múltiplos agentes criadores.

O desenvolvimento sustentável da cultura, em uma unidade territorial, seja ela uma região, uma cidade, um bairro, um terreiro, pressupõe, pelo menos:

a) o reconhecimento e a valorização dos indivíduos, que usam e dão vida ao local, como sujeitos das ações de desenvolvimento, assim como dos bens, das diversas expressões e iniciativas culturais; além do estímulo à vitalidade criativa ali existente e à qualificação profissional.

b) o resgate do significado da

identidade cultural, respeitando os valores simbólicos que estes aspectos culturais representam para os sujeitos e grupos destes territórios;

c) a salvaguarda da participação dos diferentes grupos que formam estas populações e a consideração dos interesses locais;

d) a geração de emprego e renda, garantindo que uma parte significativa da população seja beneficiada, de fato, pelos resultados positivos econômicos, sociais e culturais decorrentes do processo de desenvolvimento.

Na perspectiva integradora e mais humana do desenvolvimento sustentável e sustentado, acreditamos que

a cultura, de alguma forma, pode vir a trazer benefícios aos territórios, caso suas estratégias sejam planejadas em comum acordo com os seus cidadãos e outros agentes envolvidos nesta atividade, o que implica o processo participativo e a busca de soluções locais que valorizem as especificidades culturais de cada um deles. As articulações dessas condições aqui apontadas podem estabelecer redes e tramas de relações positivas, que valorizem as comunidades e os recursos culturais existentes nestes territórios e possibilitem a promoção do desenvolvimento na escala humana nessas localidades. ✕



Foto: Estúdio Foto Art

Grupo de Trabalho discutindo eixos temáticos

Eixo 4 – Economia Criativa e Cultura Afro-brasileira

Maurício Pestana, mediador

Foto: Estúdio Foto' Art



Cultura – um bem essencial para o desenvolvimento, físico e espiritual humano. Neste contexto e em um mundo sem fronteiras como o da atualidade, a cultura tem impacto significativo na vida dos cidadãos em qualquer parte, é um bem estratégico para a sobrevivência em vários países. Prova disso são os relatórios do Banco Mundial indicando que 7% do PIB do planeta provêm da cultura, que ao longo tempo tem sofrido mutação, antes de elemento de dominação social e política para o de dominação de forte presença econômica.

Vemos, hoje, países, regiões e povos que historicamente têm sido aviltados pelo poder econômico encontrando-se desprotegidos não só na absorção de sua cultura, mas também na exclusão nos resultados econômicos provenientes deste bem. Um grande exemplo vem da América Latina e da África, que, apesar da diversidade e riqueza cultural que possuem, não somam 4%

da movimentação do mercado global da cultura, em que apenas cinco países controlam 60% de toda a produção, principalmente cultura tecnológica, a que mais influencia e traz dividendos de dominação política e econômica.

Isto fica nítido quando analisamos as empresas culturais relacionadas ao cinema: as indústrias do entretenimento de Hollywood, nos Estados Unidos, possuem 80% das salas de cinema de todo o planeta, ou seja apenas um setor econômico de um país tem domínio sobre praticamente tudo o que o mundo vê nas salas de cinema, gerando uma concentração violenta em um só setor.

No Brasil, segundo os últimos dados do IBGE, a indústria cultural conta com mais de 269 mil empresas e emprega 1,4 milhão de pessoas (sem contar a economia informal). São perceptíveis as péssimas condições econômicas em que vive grande parte dos trabalhadores nessa área, como artistas, técnicos e produtores.

Perceptível também é a falta de qualquer estratégia que impulse este setor para a autosustentação. Quase todas as políticas relacionadas ao incentivo e à difusão dos produtos culturais no Brasil se fazem por meio de projetos de curto e médio prazo, não existe política consistente visando a autosustentação, estabilização e exportação no setor em nosso país.

Aqui, onde a cultura negra é patente, estando presente em

todos os aspectos da vida social, como música, culinária, religião, artes visuais, moda e dança, sendo praticamente impossível pensar o país sem reportar essa presença, a história se repete quando se fala na divisão dos lucros provenientes desse produto: a exemplo de outros setores da economia brasileira, o negro encontra-se de fora.

Reverter este quadro desfavorável em que a cultura se encontra é de vital urgência para a nossa sobrevivência econômica e social; apesar dos anos de escravidão e dos poucos anos de pseudoliberalidade, temos sido os responsáveis pela difusão da cultura brasileira dentro e fora do país. Antes mesmo de se inventar o termo Economia Criativa, nossas avós já sobreviviam com criatividade econômica em que a matéria prima era a cultura, preservada desde a África e comercializada mesmo que de modo informal no seio da sociedade. Falo da baiana do acarajé que com seu tabuleiro e sua culinária milenar africana sustentou e ainda sustenta gerações. Falo também do capoeirista que com sua arte e inteligência criou grupos de alunos e hoje projeta o Brasil em mais de 150 países, e do futebol com sua ginga, sua malemolência de jogadores como Pelé, Ronaldinho ou Cafu, projetando o Brasil no mundo por décadas, tempo esse em que nenhuma ação patrocinada pelo Estado conseguiria tamanho efeito positivo.

O que diríamos, então, da música dos nossos cancionheiros populares, ou até mesmo da Bossa Nova, gênero musical respeitado hoje no mundo inteiro, cuja matriz mais uma vez remete ao samba, à cultura negra pujante que ainda sobrevive nos morros e nas periferias deste país, dando sobrevivência a muitos grupos musicais dessa tal economia criativa? O que

dizer do carnaval, nossa maior festa popular exportada para quase todo o mundo, cuja mola propulsora mais uma vez é o samba, ritmo trazido pelos nossos antepassados da África?

Falar em economia criativa, para nós, é simplesmente endossar tudo o que temos feito desde que o primeiro africano aqui pôs os pés e viu-se obrigado a usar de toda a sua

inteligência, seja na culinária, na religiosidade, na música, na dança e no imaginário, para conseguir sobreviver até os dias de hoje.

O que já passou da hora é do Estado e da sociedade brasileira adotarem políticas de valorização, de incentivo à comercialização, à difusão e à estruturalização da cultura brasileira a médio e longo prazo, sobretudo, a cultura afro-brasileira. ✕



Foto: Estúdio Foto Art

Grupo de Trabalho discutindo eixos temáticos

Eixo 5 – Gestão e Institucionalidade da Cultura Afro-brasileira

Dora Bertúlio, mediadora

Foto: Estúdio Foto' Art



A cultura é a alma de uma sociedade, de um povo, de um indivíduo.

Na formação da sociedade brasileira, as culturas originárias das diversas nações e povos africanos aqui depositados em razão do tráfico de escravos no Atlântico, foram e continuam sendo marcantes e interferentes na sociedade brasileira. É correto afirmar-se que o que chamamos de cultura brasileira, sem minimizar o lugar das culturas indígenas e europeias, tem seu potencial de referência no modo de vida e manifestações culturais das etnias e nações africanas.

A história do Brasil, no entanto, e são diversos os movimentos a denunciarem e demandarem por políticas que tenham essa dimensão da realidade, não traz na formação de nossa sociedade, o valor dessa contribuição como igualmente não reconhece a potencialidade da cultura que convencionamos a chamar afro-brasileira.

Os anos 1990 e a continuidade

neste novo século – após 500 anos de história – tem sido marcantes na discussão pública e inserção na agenda política do país sobre as relações raciais, o que abre ambiente propício para a valorização da cultura negra como efetivamente parte da cultura nacional. Nesse contexto, então, a Conferência Nacional de Cultura insere, nas discussões para promover o debate e reflexão sobre os caminhos das políticas culturais para as décadas vindouras, o Setorial Afro-Brasileiro. Tal medida se centra na perspectiva de que os debates e a participação dos grupos e indivíduos com experiência na formulação e execução de projetos cuja linha de trabalhar e pensar traga em seu cerne a cultura afro-brasileira, possam contribuir com esse novo momento de formulação das políticas culturais nacionais.

A presente pré-Conferência, preparatória deve, então, indicar ao governo e ao Estado brasileiro, como promover e estimular a cultura negra nacional, inseri-la positiva e necessariamente no projeto nacional de cultura a ser implementado pelas administrações governamentais.

Com essa introdução, temos então a tarefa de discutir e apresentar pontos que deverão intervir e, eventualmente, mudar as estratégias de implementação da cultura negra, com a perspectiva do desenvolvimento da população negra no contexto nacional. Este deve ser então o ponto de partida para a

discussão do tema Gestão e Institucionalidade da Cultura Afro-Brasileira.

A gestão pública da cultura impõe um olhar com especialidade para o modo de ver e fazer da população negra, observadas as vicissitudes das relações raciais formatadas ao longo dos 500 anos de nossa história. Não se pode, então, deixar de incluir, na reflexão sobre estratégias de desenvolvimento cultural do Brasil, o ambiente sócio-político em que as relações de poder no micro e macro contexto são racistas e consequentemente de hierarquização dos valores culturais da população brasileira, na infeliz padronização europeia como sendo aquela que “reflete” a apreensão do significado nacional.

Se esta é a realidade das políticas e dos investimentos dos diversos setores que promovem e fomentam a cultura nacional incluída com particularidade as ações governamentais, faz-se imprescindível, neste momento de reflexão, abrir a crítica para as atuais políticas e a visão homogeneizada de uma formação cultural, quando temos um ambiente tão diverso quanto o que temos e com valores sociais díspares, privilegiando grupos em detrimento de outros grupos. Tal realidade age com total desprezo aos projetos culturais democráticos anunciados e que, portanto, não cumpridos. Essa parece ser a premissa fundamental para

a construção de uma política nacional de cultura, pretendida para a Conferência Nacional de Cultura do MinC.

Hoje temos as normativas e regulamentos para a gestão governamental da cultura com os mesmos instrumentos da administração pública que gerenciam as demais atividades do Estado. Esta generalização que por certo tem seus ganhos para o controle das atividades públicas e utilização de recursos do tesouro, por outro lado, se não devidamente convencionado, tende a prejudicar as populações de menor poder aquisitivo e de menor inserção no seu meio social, privilegiando grupos e indivíduos que estejam à frente

das relações sociais com poder do conhecimento formal. No contexto das relações raciais, aqueles que detém esse poder representam o valor formatado ao longo da história nacional, como de mérito para o desenvolvimento, qual seja a representação do valor racial branco.

Ao visualizarmos os instrumentos para a utilização dos recursos públicos, financeiros ou de qualquer ordem que possam estabelecer ganhos, quer na valorização da cultura quer no projeto de desenvolvimento humano onde a cultura, em nosso entendimento, é representada pelas relações não somente de suas manifestações concretas,

mas igualmente no ideário popular e inconsciente coletivo nacional, quer nas manifestações culturais propriamente ditas, verificamos os entraves institucionais. Ditos entraves, não necessariamente dirigidos para restringir a participação desses grupos e indivíduos não pertencentes aos espaços de poder tradicionais mas que na prática fazem essa determinação de exclusão, são estabelecidas por leis e normas do direito administrativo que como aqui já dito, são produzidas com a generalidade de “normas e regulamentos da administração pública”, onde a particularidade das instituições e, mais ainda, a particularidade das ações



Foto: Estúdio Foto Art

Grupo de Trabalho discutindo eixos temáticos

e finalidades das instituições do Estado não são levadas em conta.

Nessa reflexão, a proposta que estamos levando é de que há necessidade de uma análise ponderada sobre as regras que estabelecem a participação e parceria do Estado brasileiro com os grupos, organizações e indivíduos que expressam a cultura negra nacional e agem com o intuito do desenvolvimento humano da população negra, como estratégia do desenvolvimento do país – de toda a sociedade. Análises que devem resultar em propostas de mudanças estruturais dos mecanismos de promoção e fomento da cultura nacional a ser realizada pelo Estado brasileiro, partindo de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento nacional, atendendo as particularidades dos grupos e organizações que

promovem e realizam a cultura afro-brasileira, a fim de que estes possam, em equidade, participar dos ganhos e benefícios do desenvolvimento econômico do país. Também faz-se necessária a discussão e reflexão sobre os mecanismos de controle da administração pública para, ao mesmo tempo, atender a ética e o adequado uso dos recursos públicos e permitir que esses recursos possam ser utilizados de forma democrática e justa, atendendo sempre ao princípio constitucional inscrito no Art. 3º da Constituição Federal, qual seja, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, como parte dos objetivos fundamentais da República brasileira.

Os novos ares que devem ser trazidos pela Conferência Nacional de Cultura no estabelecimento

das políticas culturais do Estado brasileiro, a serem desenvolvidas pelo governo devem por certo trazer nas discussões desta pré-Conferência as propostas aqui apresentadas. Nestas, o tema desse eixo deve buscar a revisão das normativas e regulamentos no sentido de abrigar, com igualdade de condições os movimentos trazidos e propostos pelos grupos e organizações que promovem e apóiam as manifestações culturais afro-brasileiras, em um conceito amplo de cultura onde as formas de viver das populações remanescentes de quilombos, as comunidades inseridas em área de risco dos projetos de segurança pública que, em outro painel deverá ser discutido em atenção à necessária garantia de integridade física, moral e psíquica da população negra no país. ✕

Foto: Estúdio Foto' Art



Grupo de Trabalho discutindo eixos temáticos

Substitutivo

E s t a t u t o d a

IGUALDADE RACIAL

Senador Paulo Paim



Estatuto da Igualdade Racial ainda é um marco a ser conquistado

Abolição da escravidão não garante liberdade e igualdade aos negros que ainda hoje vivem os resquícios dos 400 anos de escravidão no Brasil

Marcus Bennett

Após 121 anos da abolição da escravidão um documento para garantir a igualdade racial foi criado no Brasil, o Estatuto da Igualdade Racial – Projeto de Lei nº 6.264/05. Ele foi votado e aprovado em setembro de 2009 pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados – criada especialmente para proferir parecer sobre o projeto. Mas, de lá para cá, houve pouca evolução no sentido de torná-lo uma realidade.

O Estatuto passou quase 10 anos no Congresso Nacional promovendo intensas discussões e brigas em torno do tema da igualdade racial, do sistema de cotas e das políticas de promoção para afrodescendentes e

quilombolas.

O texto do projeto estabelece medidas de combate à discriminação racial e para promover a participação de afrodescendentes nas áreas institucionais e de poder em condições de igualdade com as outras etnias. Entre os preceitos para se viabilizar esta participação, está a previsão de conselhos de Promoção da Igualdade Racial nos âmbitos municipal, estadual e federal, formados por representantes do governo e da sociedade civil.

O projeto do Estatuto da Igualdade Racial, originário do Senado Federal, tramitou em caráter conclusivo, ou seja, sem a necessidade de ser votado no

plenário daquela Casa, apenas nas comissões e já passaria a valer desde então. Contudo, como foi aprovado com modificações, deve agora passar por nova análise no Senado.

Por conta disso, questões como a demarcação das terras quilombolas e a criação de cotas de 20% para negros em filmes e programas de TV ficaram de fora. Essa mudança foi necessária para que a bancada do partido dos Democratas (DEM) – maior opositora ao Estatuto – concordasse com a aprovação da Lei.

O autor do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), aponta algumas razões que fazem com que a lei não tenha se tornado real ainda em 2009, como esperavam

as lideranças do movimento negro e parlamentares favoráveis ao Estatuto.

“Setores conservadores criaram obstáculos ao avanço do Estatuto, principalmente, nas questões referentes aos territórios quilombolas e à criação de cotas raciais”, explica Paim.

De acordo com a proposta original do parlamentar, o texto também conferia cotas para negros em instituições públicas de ensino superior, o que não foi considerado no texto aprovado pela comissão da Câmara.

Da forma como foi aprovado, o Estatuto estabelece políticas de proteção e promoção da igualdade racial, como a possibilidade de o governo criar incentivos fiscais para empresas com mais de 20 empregados e formada por pelo menos 20% de negros. E, ainda, prevê ao poder público a adoção de ações afirmativas em instituições públicas federais de ensino, mas sem a previsão de cotas, além da promoção de igualdade de oportunidade no mercado de trabalho.

Outro tema de grande interesse foi a aprovação de uma cota de 10% para negros nas candidaturas às vagas da Câmara dos Deputados, Assembleias Estaduais e Câmara de Vereadores. O texto inicial previa um percentual de 30%.

Apesar disso, o presidente da Comissão Especial na Câmara, deputado Carlos Santana (PT-RJ), viu a aprovação como um marco histórico, o qual reconheceria que no Brasil ainda existe racismo. “Ao aprovar o estatuto estamos reconhecendo que há discriminação racial no Brasil, mas

nós não recuamos”, esclarece. E complementa: “o estatuto cumpre um papel simbólico importante, o de reconhecer que a abolição da escravatura no Brasil ainda não foi concluída, já que os afrodescendentes enfrentam preconceitos e dificuldades, especialmente no acesso à educação e ao mercado de trabalho”.

Para o senador Paulo Paim, a não aprovação do projeto em 2009, no Senado, deve-se ao fato de que alguns membros da Casa querem tirar ainda mais pontos do que já foi retirado na Câmara. “Alguns radicais pretendem desfigurar o Estatuto além do que já aconteceu na Câmara. Já reduziram de 30 para 10% as cotas às candidaturas partidárias, agora estão querendo acabar com a parte que trata da saúde dos negros. Não dá para aceitar mais recuo, temos que votar o texto da forma como chegou da Câmara, mesmo que demore mais tempo. Não dá para aprovar um texto que vai ferir a autoestima do povo negro. Senão, daqui a pouco, o que fica de bom do Estatuto é só a capa. Se aqui [Senado] conseguirmos aprovar da forma como foi na Câmara será ótimo”, observa.

Flávio Jorge, da Soweto Organização Negra, entende que mesmo com a existência do Estatuto as organizações sociais vão ter que suar para fazer valer a lei. Em sua avaliação “a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, assim como a Lei de Cotas, será um marco importante, mas a eficácia e a implementação dessas leis vão depender sempre da pressão do movimento social”.

“o estatuto cumpre um papel simbólico importante, o de reconhecer que a abolição da escravatura no Brasil ainda não foi concluída, já que os afrodescendentes enfrentam preconceitos e dificuldades, especialmente no acesso à educação e ao mercado de trabalho”, diz Paim

Para o ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, Edson Santos, o Estatuto é uma legislação que tem por objetivo consolidar, enquanto política de Estado, a promoção da igualdade racial. “O estatuto é uma legislação que tem a finalidade de assegurar os direitos da população negra, direitos esses que não foram observados quando da abolição da escravatura, o que gerou essa dívida imensa do Estado brasileiro com esse segmento da população. O estatuto fixa normas legais que possibilitam a ascensão da população negra, sua inclusão no processo econômico de forma qualificada e sua mobilidade social a partir da educação”, explica. ✕

Principais pontos

- Partidos são obrigados a reservar 10% de suas candidaturas para negros nas eleições proporcionais. Hoje só há reserva para mulheres
- Sistema de saúde terá de garantir tratamento e especialização em doenças mais comuns na raça negra, como anemia falciforme

- Os direitos das mulheres negras estão contemplados em um capítulo
- Currículo do ensino fundamental deverá ter aulas de história geral da África e história do negro no Brasil
- Será reconhecido o direito à liberdade de consciência e de crença dos afro-brasileiros e da dignidade dos cultos e

religiões de matriz africana praticadas no Brasil

- Trata ainda de questões como o esporte, o acesso à saúde e a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, para promover igualdade de oportunidades e inclusão social dos afro-brasileiros para garantir cidadania à comunidade negra brasileira.

Histórico do Estatuto da Igualdade Racial

A ideia de construção do Estatuto começou a surgir quando o então deputado Paulo Paim visitou a África, no início da década de 1990, ocasião em que conheceu Nelson Mandela e recebeu a “Carta da Liberdade do Povo Sul-africano”. Somado a isso, dois outros episódios também foram marcantes na época: a caminhada dos cem mil sobre Washington, liderada por Martin Luther King, e o reconhecimento da Suprema Corte norte-americana aos direitos dos negros.

Assim, Paim começou a esboçar um projeto que pudesse modificar a situação dos negros brasileiros. “Foram quase cinco anos de idéias e debates com toda a sociedade. Antes de apresentar o projeto eu quis ouvir todos aqueles, negros e brancos, comprometidos com a causa. Houve um grande diálogo”, conta.

Após essa troca de ideias, a primeira versão do Estatuto foi apresentada na Câmara dos Deputados ainda em 1995, mas não chegou a ser votado. Somente quando Paim se tornou senador é que conseguiu retomar o debate sobre a temática racial no Congresso Nacional.

Em 2003, o projeto do Estatuto da Igualdade Racial foi apresentado e aprovado pelo Senado, sendo submetido, então, à votação na Câmara dos Deputados para que o projeto se tornasse lei. Mas, na Câmara ficou por sete anos à espera do aval dos parlamentares, que só foi ocorrer em setembro de 2009. Como foram feitas algumas mudanças na concepção original, o projeto voltou ao Senado, onde espera até hoje a confirmação dos senadores para se tornar um marco histórico na reparação dos direitos dos negros.

De acordo com o senador, o debate deve retornar em

março no Senado Federal, e o esforço é para que o Estatuto seja aprovado ainda no governo Lula. O senador arrisca: “Seria interessante se fosse aprovado no dia 1º de maio, seria uma bonita simbologia, representando não só os negros, mas todos os trabalhadores brasileiros, negros e brancos”, diz, empolgado. ✕



Foto: Dilvulgação

Senador Paulo Paim



Foto: Marcus Bennett

Comunidade de São Domingos, Paracatu-MG

Os quilombolas e a resistência

A luta pelo direito à vida e à liberdade levou milhares de negros a se organizarem em seus quilombos, espaços que possibilitavam a expressão de seus valores e práticas tradicionais com base na ancestralidade escrava e africana. Ainda, hoje, famílias compostas por descendentes de ex-escravos, representadas pelas comunidades quilombolas, configuram uma das expressões de resistência à histórica exclusão social sofrida pelos negros no Brasil a partir da necessidade de reconhecimento pelo Estado de sua ancestralidade, cidadania e direito de acesso às suas terras e garantia da continuidade de seus costumes, valores e tradições

Marcus Bennett

Um assunto bastante discutido e presente na pauta da mídia e dos parlamentares brasileiros nos últimos anos foi à questão do direito de posse das terras pertencentes às comunidades quilombolas. Um direito reconhecido em nossa Constituição Federal que tem sido alvo de críticas e comentários racistas em meio aos constantes conflitos e disputas judiciais.

Por isso, a Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao Ministério da Cultura, tem

procurado, além de minimizar as dificuldades de acesso aos direitos básicos das famílias quilombolas, mediar e superar os obstáculos perante a questão do conflito agrário.

Com os objetivos de preservar, valorizar e desenvolver a cultura afro-brasileira, a FCP também é responsável pela emissão do certificado de autodefinição (conforme estabelecido por meio no decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 em seu artigo 3º § 4º) das comunidades

remanescentes de quilombos existentes hoje no Brasil, além da defesa jurídica das áreas já tituladas, conforme prevê, o art. 16 do decreto: “Após a expedição do título de reconhecimento de domínio, a Fundação Cultural Palmares garantirá assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades dos quilombos para a defesa da posse contra esbulhos e turbações (proteção contra atos de violência, invasão ou algum tipo de transtorno, de

forma a garantir a privacidade e o sossego da comunidade), para a proteção da integridade territorial da área delimitada e sua utilização por terceiros, podendo firmar convênios com outras entidades ou órgãos que prestem esta assistência...”.

Para que um grupo ou comunidade seja considerado como remanescente de quilombo, alguns conceitos são fundamentais. Assim, são reconhecidos como tais, “os grupos étnicos raciais que possuam trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida, e acima de tudo, que se autoremqueçam como descendentes de escravos”, define Eliane O’Dowryer em seu livro *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Cada comunidade deve se autodeclarar como tal, ou seja, como comunidade quilombola cuja origem, valores e práticas são compartilhados coletivamente. Tal atribuição não é feita pela Fundação Cultural Palmares ou qualquer outro órgão governamental. O reconhecimento da natureza quilombola surge da própria necessidade do grupo social em identificar suas raízes e valorizar o núcleo de sua cultura por meio da luta de resistência.

O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo governo brasileiro, por meio do decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004, cujas determinações foram

O papel da Fundação nessa luta é oficializar e formalizar a existência das comunidades quilombolas

incorporadas à legislação brasileira pelo decreto legislativo 143/2002 e decreto nº 5.051/2004.

Não há como se ter um número exato de comunidades quilombolas existentes no Brasil, uma vez que o processo de reconhecimento das mesmas é relativamente recente e exige maior engajamento dos órgãos do Estado e da sociedade brasileira na publicização da existência desse segmento social. No entanto, até o início deste ano, a Fundação Cultural Palmares já tinha certificado 1.408 comunidades que comprovaram e se autodeclararam descendentes de escravos.

Assim, o papel da Fundação nessa luta é oficializar e formalizar a existência das comunidades quilombolas, assessorar juridicamente e desenvolver projetos para que as mesmas possam ter acesso e passem a exercer seus direitos de cidadania, além de serem inseridas em programas e políticas públicas governamentais a fim de terem reparado os direitos de igualdade e liberdade dos quais





Foto: Regina Santos

Comunidade de Santo Amaro, Paracatu-MG

foram tolhidos durante e após a escravidão, já que ainda hoje sofrem com o racismo velado existente no país.

Os grupos que hoje são considerados comunidades de quilombolas se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem não apenas “as fugas” com ocupação de terras livres e geralmente “isoladas” – visão esta já superada – mas as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades para continuarem a servir de mão-de-obra, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

Um dos aspectos relacionados à configuração dos quilombos é a organização política e a inclusão de outros grupos excluídos em tais espaços. Ou seja, longe de ser um local isolado onde os escravos se refugiavam, o quilombo tem a função de agregar e organizar grupos em prol de um objetivo comum e compartilhado por seus membros. Atualmente, pode-se dizer que as comunidades quilombolas formaram-se a partir da manutenção de suas tradições culturais, suas origens étnicas e identidades sociais bem como são fruto de uma organização política própria.

Para acessar a política de regularização de territórios quilombolas, as comunidades devem encaminhar à Fundação Palmares uma declaração na

qual se identificam enquanto comunidade quilombola e que assim desejam ser reconhecidos. Deste modo, caberá à Fundação expedir uma Certidão de autorealhecimento em nome da mesma.

Hoje, existem na FCP mais de dois mil processos abertos para certificação de comunidades quilombolas que se autodeclararam.

Outros procedimentos

Após a certidão emitida pela FCP, o processo para regularização fundiária – identificação, delimitação, demarcação e titulação da terra – segue para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (incra) que fica responsável pelo levantamento territorial e estudos antropológicos e históricos, dentre outros, a serem elaborados a partir dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs), para a correta delimitação e demarcação da área a ser titulada aos quilombolas.

Até o momento, já foram emitidos 106 títulos de propriedade para as áreas quilombolas, beneficiando 173 comunidades e 11.070 famílias. O número ainda é baixo, mas a tendência até o final do Governo Lula é aumentar esses números.

Segundo a coordenadora Geral de Regularização de Territórios Quilombos do incra, Givânia Silva, uma das principais dificuldades encontradas pela instituição é a falta de servidores e especialistas, principalmente antropólogos, para suprirem o

O quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre

enorme número de relatórios técnicos que devem ser realizados para dar continuidade aos processos de titulação das terras. “Hoje, contamos apenas com 27 antropólogos para atender o Brasil inteiro. Há também o problema do excesso de cautela que devemos tomar para atender as muitas legislações e normas criadas a partir do decreto 4.887, sem contar com as ações judiciais que param os processos”, esclarece.

O decreto 4.887/03 é a norma legal que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Ainda assim, mesmo com a regulamentação jurídica e com o esforço do incra para regularizar a ocupação das terras, o conflito agrário continua sendo o principal problema enfrentado pelas comunidades quilombolas. Pois a concessão do título para as comunidades nem sempre significa que os quilombolas realmente detêm a posse da terra. De acordo com dados do Instituto, cerca de 290

mil hectares foram titulados pelo governo federal até 2002, em terras de domínio particular, relativos a 2.270 famílias, mas não foram registrados em cartório, porque as áreas correspondentes não foram desintrusadas (termo técnico utilizado pelo incra para definir a remoção de não-quilombolas das terras demarcadas e a desapropriação dos imóveis particulares), já que os moradores antigos não quilombolas não foram indenizados e retirados do local.

Contudo, já no início do governo Lula a temática quilombola teve maior amplitude. Estudos e debates foram iniciados e logo em 2003 surgiu o decreto 4.887, considerado um marco político no reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Givânia explica também, que a dedicação do governo federal nos últimos anos se transformou em investimentos. Isso porque, a verba destinada para a ação de estudo, demarcação e titulação da Coordenação de Regularização de Territórios Quilombos do incra aumentou consideravelmente: de R\$ 3,5 milhões, em 2003, para R\$ 10 milhões, em 2010. E não ficou somente nisso. As verbas para o pagamento de indenização a ocupantes não quilombolas subiu de R\$ 28 milhões para R\$ 54 milhões, sendo que a coordenadora geral já fez um pedido de destaque solicitando mais R\$ 36,5 milhões para essa ação.

Segundo ela, é necessário esse dinheiro para que se possa indenizar os proprietários que

atualmente utilizam as terras dos quilombolas, deixando estes como os únicos usuários, bem como para reaver as benfeitorias que possam ter sido feitas.

Por isso, de 2003 até hoje, mais 60 comunidades quilombolas receberam o título de suas terras, já com todos os processos judiciais resolvidos e com a desintrusão devidamente realizada, ou seja, os quilombolas são verdadeiramente os donos e únicos ocupantes das terras. “O processo é longo, mas o que minimiza nossa angústia é saber que quando titulados esse título e a posse da terra são reais”, comemora Givânia. E ressalta, “nosso objetivo maior sempre é a regularização fundiária,

a titulação é a última etapa. Não adianta darmos o título e não regularizar a terra, não efetuarmos a desintrusão, pois não resolveria a questão e ainda causaria mais conflitos”.

Atualmente, o incra conta com 948 processos abertos à espera da titulação de terras.

A titulação

Tanto o governo federal quanto o governo estadual podem titular terras de quilombo. Entre novembro de 1995 a abril de 2008, o governo federal outorgou 27 títulos para comunidades quilombolas. O governo Fernando Henrique Cardoso titulou 46 terras de

quilombo em oito anos. O governo Lula, até janeiro de 2010, já outorgou 60 títulos, beneficiando 82 comunidades. Ao todo, já foram emitidos 106 títulos de propriedade em 97 territórios quilombolas.

O Instituto de Terras do Pará foi o órgão que mais emitiu títulos para comunidades quilombolas: 38 títulos entre 1997 e 2008. Os outros governos de estado que também titularam terras de quilombo foram: Maranhão (23 títulos), São Paulo (6), Piauí (5), Bahia (2), Rio de Janeiro (1) e Mato Grosso do Sul (1). Pela Fundação Cultural Palmares também já foram expedidos 15 títulos de posse de terra. ✕



Foto: Regina Santos

Comunidade de Santo Amaro, Paracatu-MG

Palmares e os quilombolas

Atualmente, a Palmares por intermédio do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-brasileiro (DPA), desenvolve duas ações específicas para as comunidades quilombolas. O etnodesenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombo, que implementa ações para o desenvolvimento das comunidades de acordo com suas necessidade e com suas tradições e a capacitação de recursos humanos em cultura e patrimônio afro-brasileiro, que forma multiplicadores quilombolas e da população afro-brasileira em cultura e patrimônio afro.

Para o diretor do DPA, Maurício Jorge Souza dos Reis, “a emissão da certidão de autodefinição das Comunidades Remanescentes de Quilombos, ratifica a missão da instituição na implementação de políticas públicas para essas comunidades, além de promover a preservação, a proteção e a disseminação da cultura negra visando sua inclusão e seu desenvolvimento. Essa certidão tem caráter

simbólico, pois é um ato formal que legitima um direito adquirido de reconhecimento das comunidades quilombolas pelo Estado”.

Maurício também fala sobre o caráter político do reconhecimento das comunidades por parte do Estado. “Essa identificação e manifestação pelo reconhecimento étnico pelas comunidades quilombolas é o primeiro passo para o processo de regularização fundiária e acesso à implementação de políticas públicas. O Estado brasileiro reconhece, não somente, a existência das comunidades, mas sua condição atual em função de sua trajetória histórica. O diferencial no governo Lula foi a construção do diálogo, com a participação de lideranças quilombolas, movimentos sociais e órgãos parceiros, reconhecendo e valorizando a história e a cultura desses povos, viabilizando, dessa forma, a implementação de políticas públicas”.

Com esse conjunto do Estado, algumas ações têm sido implementadas para garantir o direito à cidadania, à saúde, à educação e à preservação e valorização da cultura, como por exemplo: Regularização Fundiária; Luz Para Todos, Saúde da Família, Saúde Bucal; distribuição de material didático e capacitação de professores da educação básica; construção de espaços físicos nas comunidades remanescentes de quilombos e inclusão produtiva, desenvolvimento local e fomento ao etnodesenvolvimento.

Importante também foi

o lançamento do Programa Brasil Quilombola, em 2004, que mobiliza 23 ministérios e órgãos federais e têm como principais objetivos a garantia do acesso à terra, ações de saúde e educação, construção de moradias, eletrificação, recuperação ambiental, incentivo ao desenvolvimento local, atendimento das famílias quilombolas, e medidas de preservação e promoção das manifestações culturais quilombolas.

Para o quilombola Adalmir José da Silva, coordenador geral da Associação quilombola de Conceição das Crioulas, localizada no município de Salgueiro, em Pernambuco, a simples certificação pela Palmares já traz muitos benefícios. “Além de podermos participar dos programas sociais, temos o apoio da assessoria jurídica quando há algum conflito na questão da territorialidade. Certificados, temos mais presença e ajuda do governo”, conta.

Recentemente, em convênio com a FCP, a comunidade de Conceição das Crioulas recebeu bate-deiras de cereais para facilitar a produção das sementes. Reconhecida nacionalmente pelos seus produtos artesanais, como as bonecas de fibra de caroá e objetos de argila, a comunidade participa também do Selo Quilombola. De acordo com Adalmir, “o selo dá mais visibilidade aos nossos produtos e podemos vender mais”, comemora.

Instituído pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir, o Selo Quilombola visa a criação

Foto: Estúdio Foto Art



Diretor da DPA, Maurício Reis

de uma rede nacional de gestão de um selo que identifique os quilombolas, para atribuir identidade cultural e agregar valor a produtos artesanais com potencial de desenvolvimento econômico sustentável para as comunidades remanescentes de quilombos.

A distribuição de cestas alimentares também é uma outra ação em favor das comunidades. Em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a FCP busca atender o máximo de famílias quilombolas em situação de insegurança alimentar e nutricional. A prioridade é dada a grupos remanescentes de quilombos, famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, comunidades de terreiros, indígenas, atingidos por barragens e populações residentes em municípios vítimas de calamidades públicas, impossibilitadas de produzir ou adquirir alimentos. Hoje, 24.850 famílias quilombolas e 8.400 famílias nas comunidades de terreiro de matriz africana são atendidas pelo convênio.

Além disso, o DPA também trata de questões ligadas às ações de licenciamentos ambientais, nos quais se dedica à análise dos Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs), acompanhando as empresas que afetam direta e indiretamente os quilombolas, especificamente, quando da interferência de obras e atividades voltadas aos grandes empreendimentos, como hidrelétricas, gasodutos, rodovias e linhas de transmissão.

Na maior parte dos casos são ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que atende ao desenvolvimento econômico do país em vários níveis e setores de produção. Os EIAs/RIMAs são obrigatórios e são alguns dos requisitos exigidos pelo Instituto Brasileiro de meio Ambiente (Ibama) para a obtenção das licenças ambientais. Um dos itens que integram os Estudos e Relatórios é a caracterização das comunidades tradicionais, uma vez constatada a existência das mesmas nas áreas de abrangência apontadas pelas empresas. Quando identificada a comunidade quilombola, ela deverá ser devidamente apresentada nos estudos e relatórios segundo aspectos socioeconômicos, culturais e históricos. Da mesma forma, faz-se necessária a apresentação dos possíveis conflitos envolvendo questões territoriais, fator predominante na realidade que atinge a maior parte das comunidades quilombolas no Brasil.

Assim, a Palmares tem a função de avaliar, tecnicamente, o conteúdo dos EIA/RIMA emitidos pelas empresas e remeter parecer ao Ibama para possíveis ajustes, como a verificação da existência de outras comunidades quilombolas, melhor detalhamento acerca da caracterização destas comunidades, além de listar outros aspectos que possam não ter sido apontados de forma clara nos estudos, condicionando, inclusive, as próximas fases de licenciamento. À FCP também cabe o diálogo com os órgãos responsáveis pelos

licenciamentos e promover a aproximação e compreensão das comunidades quilombolas junto aos empreendimentos existentes em suas áreas, além do acompanhamento, por meio da realização de vistorias e visitas técnicas para verificação da abrangência dos impactos e avaliação participativa junto às comunidades quilombolas sobre a atuação das empresas.

Do mesmo modo, auxilia na inclusão e participação das comunidades quilombolas na elaboração de diagnósticos, estudos, relatórios, Programas Básicos Ambientais, bem como na execução das obras e suas intervenções de forma a garantir o acesso desses povos às informações sobre as ações que envolvem seus territórios. Por outro lado, é essencial promover a aproximação das empresas com a realidade que afeta as comunidades quilombolas, principalmente no que diz respeito à influência dos impactos nos locais onde ocorrerão as obras, respeitando as tradições e manifestações culturais destas comunidades.

Os quilombos vivem até hoje se dedicando à agricultura familiar, ao artesanato e à prestação de serviços. Essas comunidades guardam consigo uma riqueza em termos de diversidade cultural relacionada à culinária, artesanato, construções, festas e comemorações, práticas religiosas e modos de viver específicos que remetem às suas raízes africanas um toque brasileiro.

O valor desta memória é incalculável. ✕



Giro Cultural na sede dos Filhos de Gandhi, no Pelourinho

Deixa a vida girar...

O Movimento AfroPop Brasileiro misturou ritmos de raízes afro-brasileiras com sonoridades pop mundiais, traduziu a arte usando várias linguagens como a fotografia e as artes plásticas em um mesmo espaço e, foi além, abriu espaço para o debate sobre a arte negra, sobre a arte que é consumida – ou vendida – e, principalmente, a importância de valores que traduzam a afirmação da negritude

Rachel Mortari

O Giro Cultural circulou por Salvador e visitou três bairros da cidade e o Pelourinho. Juntou cerca de 500 crianças e adolescentes entre cinco e 20 anos com músicos, artistas, religiosos, políticos, dançarinos, gestores públicos, jornalistas. Dessa mistura uma conversa franca e aberta sobre negritude, afirmação, preconceito, sexualidade, talento e, principalmente, sobre perseverança e confiança, sobre a necessidade de acreditar em um sonho e correr atrás dele, com coragem.

O Giro Cultural integrou o Movimento AfroPop Brasileiro, coordenado por Margareth

Menezes com o patrocínio da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. O Movimento, que aconteceu durante o mês de janeiro em Salvador, misturou sonoridades, estilos musicais, fotografia, artes plásticas e também tratou do social.

O Giro era um sonho antigo de Margareth, “sempre quis reunir a meninada para conversar sobre essas coisas. Coisas que tratem de nossas raízes, da nossa luta diária, de nossa necessidade de se superar o tempo todo. Pobre e negro tem que estudar muito mais, trabalhar muito mais, se dedicar muito mais. Não temos a alternativa de sermos medianos,

temos que ser muito, mas muito bom no que fazemos ou não encontraremos espaço para nos expressar”, explica a cantora.

Nas conversas com os meninos ela era sempre muito enfática, alertando que as histórias que eles estavam ouvindo eram histórias da vida real, não era conversa de novela. Eram histórias de gente que sofreu de verdade, de dor, mas eram também histórias de gente que venceu. “Eu sempre fui muito atirada, sempre enfrentei os desafios, não me deixei intimidar, mas nunca tive um incentivo como esse, alguém que dissesse ‘olhe menina, siga em frente’ e eu acho que o incentivo

é importante, é alento para nossas almas, por isso criamos este espaço, para que ele seja um momento de reflexão”.

O primeiro encontro, na sede do Ilê no Curuzu, bairro da Liberdade, juntou personalidades de peso. A atriz Zezé Motta, o dirigente do Ilê Ayê, Vovô, além de Margareth, Zulu Araújo, presidente da Palmares e a vereadora de Salvador, Olívia Santana (PCdoB). Uma reunião emocionante, porque foi a primeira do projeto – trazendo a ansiedade da estréia – e porque tratou de questões muito pessoais, falou-se do preconceito vivido no trabalho, nas ruas, com amigos.

Vovô contou que uma vez estava em um restaurante a quilo e que, com o prato na mão ao procurar uma mesa para sentar-se, uma senhora olhou para ele – um homem

alto, negro e com cabelos rastafári – puxou rapidamente sua bolsa, que estava na cadeira. Ele, calmamente, falou em seu ouvido: “Não se preocupe, hoje eu não vim roubar, só almoçar”.

Já Zezé Motta contou da sua dificuldade em conseguir papéis na televisão. “Até depois de todo meu sucesso no cinema com Xica da Silva, onde ganhei todos os prêmios que se pode ganhar no cinema, só me ofereciam trabalhos como empregada doméstica”, relatou.

História semelhante vivenciou Olívia. “Minha mãe era faxineira e eu não queria ser faxineira, é um trabalho digno mas não podemos aceitar isso como pertencente ao nosso DNA. Podemos ser mais, podemos ser outras coisas, é preciso termos um projeto de vida senão o capitalismo selvagem e racista arruma um projeto de vida para

a gente”, desabafa a vereadora que trabalhava como faxineira ao passar no vestibular de Pedagogia.

“O projeto de vida de vocês deve ser estudar muito, conhecer a África, suas origens, suas essências. Chega de filhos de negros mortos tornarem -se números de estatísticas, não estamos aqui de penetras, tem algo que nos pertence e temos que resgatar”, alerta.

Já no segundo encontro a descontração da jornalista Rita Batista tomou conta da escola Marquês de Maricá, no Pau Miúdo. E brincando se falou de coisas sérias, como sexualidade, gravidez precoce, paternidade, responsabilidade, preconceito, DST/AIDs. “Existe muitas formas de prazer, mas na hora do ‘vamos ver’ é preciso usar a camisinha”, lembra a jornalista, que tem um programa na rádio Metrôpole



Foto: Ricardo Prado

Em tom de descontração a jornalista Rita Ribeiro falou sobre sexualidade, responsabilidade, preconceito entre outras coisas



Foto: Ricardo Prado

Terceiro Giro Cultural na sede dos filhos de Gandhi

na capital baiana, o 'Rita para maiores' e responde perguntas sobre sexualidade

Participaram ainda desse encontro, além de Margareth e Zulu, o padre Alfredo, coordenador do Instituto Beneficente Conceição Macedo e a sexóloga Maria Paquelé.

Margareth foi direta: "Ouvi algumas meninas dizerem que tem vergonha de levar camisinha na bolsa porque o menino pode achar que ela está sendo oferecida. Mas, quando a menina fica grávida e o pai some, é geralmente a família dela que a acolhe e se responsabiliza pela criança".

Pegando o gancho de Margareth, Zulu falou do que era a paternidade na sua geração: era legal fazer um filho em cada mulher, só que muitos dos meus amigos perderam seus filhos para o tráfico, para

as drogas, para morrer na mão da polícia. Paternidade exige responsabilidade. O Olodum cuidou de muitos desses meninos, mas mesmo assim muitos morreram cedo".

Margareth atentou também para o crescimento econômico do país, ressaltando que esse crescimento requer profissionais capacitados. "Vai haver vaga e não vai ter gente para trabalhar porque nossas meninas estão em casa cuidando dos filhos e não foram para a escola."

Parte do sucesso do resultado dessa conversa pode ser conferida ali na hora, com o depoimento vibrante da travesti Paulete Furção, 25 anos. "Eu sou a perseverança porque acredito em mim, na minha capacidade e, por isso, conquistei meu espaço neste lugar - no projeto Jovem Aprendiz. "Para as travestis, principalmente as

travestis negras, o que sobra é a prostituição, na hora que a fome bate a gente sabe o que é preciso fazer. Estou feliz onde estou porque sou perseverante, tenho um trabalho".

Nesse dia também estavam presentes na reunião o músico Roberto Mendes e o editor da revista Raça, Mauricio Pestana.

O terceiro Giro aconteceu na sede colorida dos Filhos de Gandhi, no Pelourinho e falou da arte enquanto ferramenta para mudar a vida. Para esse encontro, de casa lotada, Margareth e Zulu receberam os atores Érico Brás e Valdinéia Soriano, do Bando de Teatro Olodum – que fazem o seriado Ó pai Ó e o ator Jackson Costa, o professor e compositor Jorge Portugal e o fundador do Projeto Axé, Cesare de La Rocca.

Histórias muito parecidas. Nascidos em favelas ou em locais muito pobres tiveram na interpretação, na música, na poesia, suas vidas transformadas. Érico lembrou, no entanto, que quando começou a fazer teatro na escola só podia participar das atividades se tivesse boas notas, o mesmo critério utilizado pelo Bando de Teatro Olodum.

"Até depois de todo meu sucesso com Xica da Silva, onde ganhei todos os prêmios que se pode ganhar no cinema, só me ofereciam trabalhos como empregada doméstica", fala Zezé Mota

Cesare, no entanto, contou outra história. Italiano há 43 anos no Brasil e 31 na Bahia encontrou em Salvador traços de sua cidade natal, Florentina. “Aqui as pessoas respiram arte, há beleza nas ruas, antigos casarões”, conta o italiano que trabalha com meninos e meninas de rua usando a arte educação como forma de transformação para ‘livrá-los’ de abuso sexual e do trabalho, por exemplo. “Arte não é o instrumento para educar, ela é a educação. Sem arte não é possível viver”.

Arte que recentemente mudou a vida dos meninos do Grupo PIM. O projeto está pronto para virar Ponto de Cultura ainda em 2010. Isto foi uma determinação do presidente Lula depois de ver a apresentação

das crianças - de 4 a 7 anos - na abertura da exposição O Benin está vivo ainda lá, no Museu Afro Brasil, na Semana do Benin na Bahia, promovida pela Palmares. “A arte que eles apresentaram vai fazer a vida deles se transformar”, comemora Zulu.

Zulu que não é artista, músico ou poeta, mas também teve a vida transformada pela arte e explicou para a garotada seu papel no meio de tantos artistas. “Se há algo que pode mudar nossas vidas é a cultura. Ela muda nossa cabeça, nossa consciência, ela é uma ferramenta para se processar a vida com qualidade, e não precisa, necessariamente, ser engajada”.

Ele explica que a arte é uma das coisas mais importantes na Bahia. “Aqui há vários desejos,

talvez nem todos vocês tenham sucesso, mas por meio da arte vão saber ser cidadãos e poderão interferir na sociedade. Diferente de Cesare, nós não estamos aqui por opção, não somos imigrantes, somos descendentes de escravos, de pessoas que vieram para o Brasil forçadas. Ainda hoje vivemos os resquícios desses 400 anos de escravidão. A forma de mudar nossas vidas é pela arte, a arte que vem de nossas origens, recebida de nossos ancestrais”.

Com gostinho de quero mais o último encontro aconteceu no Clube Bogary, na Ribeira, e tratou de protagonismo, política e cidadania. Para o debate, além de Margareth e Zulu, estavam presentes o coreógrafo Zebrinha, o deputado federal Luiz



Foto: Ricardo Stuckert

Presidente Lula emocionado com a apresentação dos meninos do PIM na abertura da exposição O Benin está vivo ainda lá, no Museu Afro Brasil, na Semana do Benin na Bahia

Alberto (PT-BA) e o secretário executivo do conselho estadual de juventude, Vladimir Costa, Leandro Vilas Verde da ONG Cipó Comunicação Interativa e o músico Tonho Matéria.

Luiz Alberto salientou a importância da participação política; Zebrinha, a importância da militância. “Larguei a faculdade de veterinária para estudar dança. Foi um auê. Pobre e negro largar um curso elitizado para dançar. Foi preciso muito garra. Cresci ouvindo meu pai falar que fulana, que estava namorando um branco, estava namorando um homem de bem, ou que a mulher que tinha filho branco teve barriga limpa. Coisas que negavam nossa negritude. Hoje, a maioria da minha família é militantes, fruto das informações que eu levei para eles”, conta o dançarino que estudou na França e hoje é diretor artístico do Balé Folclórico da Bahia. E avisa: “para se tornarem protagonistas de suas vidas se espelhem em pessoas que se pareçam com vocês”.

Tonho Matéria, que – quando criança – foi protagonista da bacia de acarajé na cabeça e da caixa de picolé encontrou na capoeira e na música a forma de transformar sua vida. “Somos nós que temos a capacidade de mudar a nossa história”.

Margareth – que já gravou músicas de Tonho – atentou sobre o cuidado da cultura que é consumida hoje. “Lamentavelmente a música baiana é colocada da pior forma possível. A Bahia é destaque no turismo internacional, mas isso faz parte de um legado deixado por Jorge Amado, Dorival



Foto: Ricardo Prado

“Temos a capacidade de mudar a nossa história”, diz Tonho Matéria

Caymmi e Carmem Miranda - a primeira imagem que se teve do Brasil lá fora foi a imagem da baiana estilizada pela cantora. Por isso temos que cuidar da cultura da Bahia”.

“Cerca de 98% das cidades brasileiras não tem cinema, 50% não tem teatro. Ficamos a mercê do que passa na televisão. É preciso tomar cuidado, pois tem muita coisa grosseira, muita música ruim, coisas que estão poluindo a cabeça de vocês. Falar de sexo é bom, fazer sexo é bom, mas não precisa ser só isso e tem que ser tratado de forma saudável, respeitosa. Essas pessoas que estão participando do Giro podem falar de outra forma de cultura com vocês”, atentou Margareth.

Para a cantora a semente foi plantada. “Será preciso tempo para ver o que foi apreendido com toda essa conversa. Eu espero que este momento de reflexão tenha valido e ajude-os em suas caminhadas”.

Em todos os encontros Zulu Araújo, um dos primeiros arquitetos negros da Bahia,

falou do papel institucional da Fundação que dirige. “A Palmares é a primeira instituição do governo brasileiro que trata de cultura negra. A fundação tem por princípio formular e implantar políticas públicas para potencializar a participação dos negros no processo de desenvolvimento a partir de sua história e sua cultura. Por isso, apoiamos o Movimento AfroPop Brasileiro assim como apoiamos outros grupos, não só baianos, porque somos também um espaço de combate ao racismo, ao preconceito. A nossa arma é a cultura”, enfatiza.

Participaram dos encontros jovens do bairro da Liberdade e da ONG Fábrica Cultural, mantida por Margareth Menezes; Instituto Cultural Pé de Moleque; Associação Cultural Os Negões; Adolescente Aprendiz, mantido pelo Instituto Beneficente Conceição Macedo (IBNC); PIM (Projeto de Iniciação Musical); Herdeiros de Angola; Grupo Palafitas; Gapa, e Rede Reprotai. ✕

Somos nós a alegria da cidade

“Apesar de tanto não, tanta dor que nos invade, somos nós a alegria da cidade”, o trecho da música de Lazzo Matumbi revela um pouco da realidade vivida hoje no carnaval da Bahia. O estado brasileiro com 73,2% da população composta por negros, mas que no entanto tem um carnaval cada vez mais comercializado, com trios elétricos e cordas que dificultam a participação de muitos baianos.

“A comunidade está perdendo seu espaço no carnaval. A única forma de participarem do carnaval é trabalhando. Eles saem nas quintas e sextas-feiras como blocos de samba e nos outros dias ficam espremidos entre os camarotes e as cordas. Hoje, o carnaval da cidade não nos pertence. O carnaval não é mais de rua, para brincar; agora ele é excludente”, lamenta a representante da Palmares na Bahia, Luciana Motta.

Foi esse carnaval, essa raiz, que o AFroPop se propôs a homenagear. “Não é apenas um resgate dos blocos afros, é mais que isso, é misturar o antigo com o novo, o tradicional com a tecnologia; é misturar a música de raiz da Bahia com o contemporâneo, fazer uma grande mistura de sons”, explica a autora do projeto.

E essa mistura Margareth levou para o palco do Cais Dourado, em Salvador, durante quatro quintas-feiras. Com ela estiveram, Peu Meurray e os Pneumático, Alcione, Diego Figueiredo, os blocos afros





Male de Balê, filhos de Gandhi, Cortejo Afro, Afro Muzenza, Ilê Aye, além de Saulo, Lazzo, Virgínia Rodrigues, Martinália, Carlinhos Brown, Elba Ramalho, Roberto Mendes, Gilberto Gil, e Gerônimo.

Essa mesma salada musical Margareth levou para o trio elétrico AfroPop no circuito Barra/Ondina. No domingo de carnaval cantaram com ela – para agitar os foliões – Lazzo, Carla Cristina, Mariene de Castro, Diego Figueiredo e o cantor português, Luiz Represas. Na segunda-feira, um momento muito especial para o AfroPop, Margareth foi acompanhada pelos blocos afros, Balê de Malê, Muzenza, Ilê Ayê, Cortejo Afro e Filhos de Gandhi. Em cima do trio elétrico eles cantaram e, na rua, alas dos cinco blocos da Bahia, acompanharam os foliões com muito axé e muitas cores.

O Movimento foi coordenado pelo Departamento de Fomento a Cultura Afro-brasileira da Palmares, com a direção artística da cenógrafa e diretora carioca, Bia Lessa e a realização das Agências Via Press Comunicação, Viva Agência de Idéias, Estrela do Mar e IBCM.

As exposições fotográficas tiveram a participação dos fotógrafos Phillip Kauame Apagya, Januário Garcia, Márcio Lima e Adenor Gondim.

Informações detalhadas sobre cada encontro podem ser acessadas no site da Palmares: www.palmares.gov.br ✕



Mural



Giro Cultural na sede dos Filhos de Gandhy

Foto: Ricardo Dantas

Jovens registram suas impressões no mural do Giro Cultural, na sede dos Filhos de Gandhy

Foto: Ricardo Dantas



Margareth Menezes, Elba Ramalho e Moraes Moreira, no Cais Dourado

Trio Elétrico do AfroPop na segunda-feira de carnaval



Foto: Vera Milliotti

As Ganhadeiras de Itapoã, no Cais Dourado



Lazzo Matumbi, Virgínia Rodrigues e Margareth Menezes, no Cais Dourado



Apresentação do grupo Palafitas, na sede dos Filhos de Gandhy



Foto: Ricardo Dantas



Foto: Vera Milliotti

Ilê Ayê, Balê de Malê e Afro Muzenza no trio AfroPop



Foto: Alex Dantas

Zezé Motta e Margareth no 1º Encontro do Giro Cultural



Foto: Ricardo Dantas

Edlane Conceição também se expressa no Giro



Foto: Ricardo Dantas

Margareth e os Negões ao final do Giro



Foto: Ricardo Dantas

Zulu Araújo fala aos jovens no 2º encontro do Giro



Foto: Vera Milliotti

Margareth leva blocos afros para o trio AfroPop



Foto: Alex Dantas

Violinista Diego Figueiredo e Peu Meurray com Margareth Menezes



Foto: Vera Milliotti

Cantor português Luis Represas e Margareth no trio AfroPop



Participe e apresente sua ideia!

www.palmares.gov.br

Captando as melhores ideias!

O Projeto Parabólica tem por finalidade promover o diálogo direto entre o governo e os agentes sociais interessados no desenvolvimento de políticas públicas e projetos que promovam e disseminem a cultura afro-brasileira.

Coordenado pelo Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-brasileira, da Fundação Cultural Palmares (FCP), o Parabólica visa buscar caminhos diretos e simplificados para viabilizar a ação interativa e dinâmica da cultura negra.

Com a criação deste projeto será possível construir uma metodologia participativa entre a FCP/MinC e os interlocutores civis, tornando viável a formulação e execução de políticas públicas de forma democrática. Inúmeras são as demandas que a FCP recebe para o desenvolvimento de parcerias, convênios, consultorias e/ou apoios diretos. O suporte a essas demandas pode ser dado de várias formas, não apenas financeiro.

O Parabólica acontecerá em dez capitais brasileiras com o objetivo de orientar gestores

e técnicos de instituições de cultura afro-brasileira, agentes culturais, políticos, artistas e produtores, a fim de garantir sua participação nas seleções por meio do poder público, assim como informá-los sobre formas e possibilidades existentes de financiamento da cultura. Para isso, será realizado um ciclo de palestras com orientações básicas a respeito da elaboração de trabalhos e captação de recursos.

Os estados foram selecionados a partir de uma pesquisa quantitativa de projetos recebidos pela Fundação nos últimos dois anos. Essas escolhas foram realizadas por meio de um mapeamento dos estados que mais apresentaram projetos ou buscaram informações junto à Fundação, incluindo os candidatos a editais e seleções públicas.

DATA	LOCAL
18 e 19/03	Maceió/AL
22 e 23/03	Goiânia/GO
24 e 25/03	Brasília/DF
29 e 30/03	Belo Horizonte/ MG
31/03 e 01/04	São Paulo/SP
05 e 06/04	Rio de Janeiro/ RJ
08 e 09/04	Porto Alegre/RS
12 e 13/04	Recife/PE
15 e 16/04	Macapá/AP
19 e 20/04	Salvador/BA



*Entre dos Mares: Ensamble musical de Colombia, Ecuador y Panamá,
no aniversário de 21 anos da Palmares em agosto 2009*

Um encontro das Américas afrodescendentes

Para consolidar cada vez mais o diálogo entre os afrodescendentes da América Latina e Caribe entra em cena de 25 a 28 de maio próximo, em Salvador (BA), o 2º Encontro Afro-Latino, reunindo ministros da Cultura dos países latino-americanos e do Caribe

Lúcia Pinheiro

Há uma estimativa, hoje, de que a América Latina e o Caribe concentram uma população de 150 milhões de afrodescendentes. Apesar das medidas constitucionais e estatutárias que proíbem a discriminação racial na maioria dos países da região, a América Latina apresenta um alto grau de desigualdade racial e de discriminação contra populações afro-descendentes e indígenas. A adoção de medidas contra essa exclusão é o maior desafio a ser enfrentado pelas sociedades latino-americanas.

A diáspora africana na região representa cerca de 30% da população total. Entretanto, ainda hoje perdura

uma desatenção generalizada em relação a esses povos que representaram vários séculos de aporte cultural, material, imaterial e simbólico dos afrodescendentes na região.

Segundo o estudo 'Inclusão indígena e exclusão dos afrodescendentes na América Latina', em quase todos os casos de reforma multicultural, os grupos indígenas foram muito mais bem-sucedidos na obtenção de direitos do que os afrodescendentes.

Dos quinze países latino-americanos – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e

Venezuela – que implementaram algum tipo de reforma visando a cidadania multicultural dos povos indígenas, somente o Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras e Nicarágua estenderam alguns direitos coletivos aos afrodescendentes. E mesmo nos casos em que obtiveram esses direitos, em quase nenhum país os afrodescendentes foram contemplados da mesma maneira que os povos indígenas.

De fato, em apenas três países da região – Honduras, Guatemala e Nicarágua – indígenas e afrodescendentes têm direitos coletivos iguais. Além disso, apenas um pequeno subconjunto

de afro-descendentes – em geral comunidades rurais que descendem de escravos foragidos – conquistou direitos coletivos durante as mencionadas reformas.

Apesar de a grande maioria dos afro-descendentes estar excluída das recentes reformas que asseguraram direitos coletivos, somente o Brasil e a Colômbia estão tentando elaborar outros meios legais para combater o racismo, como a legislação relativa aos direitos civis.

Neste sentido, este segundo encontro afro-latino é uma oportunidade valiosa de contribuição coletiva dos governos desses países e, particularmente, dos ministérios da Cultura acerca da indiscutível contribuição afrodescendente para a construção das sociedades panamericanas e de seus avanços. Neste ponto, o foco foi direcionado aos ministérios da Cultura dos países da região, tendo em vista que o reconhecimento cultural constitui um importante objetivo de desenvolvimento. A eles foi, então, recomendado o empenho na busca de soluções para o enfrentamento das desigualdades e dos conflitos.

No Brasil, as políticas públicas direcionadas para valorizar a identidade de negros com programas de inclusão social atingem hoje mais de 50% da população, devido ao autoreconhecimento. Um bom exemplo de reconhecimento desta política veio do Programa Regional de Apoio às Populações Rurais de Ascendência Africana da América Latina – Acua, que



Foto: Acervo FCP

Olínia Gotéz (Universidade Católica de Quito), Zulu Araújo e John Antón



Foto: Januário García

Entre dos Mares: Ensemble musical de Colombia, Ecuador y Panamá, no aniversário de 21 anos da Palmares, em agosto de 2009



Entre dos Mares: Ensemble musical de Colombia, Ecuador y Panamá, no aniversário de 21 anos da Palmares em agosto 2009



John Antón, Olívia Gotéz (Universidade Católica de Quito) e Zulu Araújo

contemplou três comunidades quilombolas do Brasil com um aporte financeiro de 20 mil dólares, durante o período de dois anos. A Acua selecionou, ao todo, 13 projetos pela relevância em ações de sustentabilidade, direcionados à melhoria da qualidade de vida dessas comunidades.

As comunidades formadas pelos negros escravos, que fugiram do trabalho forçado e resistiram à recaptura por parte dos escravocratas, receberam vários nomes nas diversas regiões das Américas: quilombos ou mocambos no Brasil, palenques na Colômbia e em Cuba, cumbes na Venezuela, marrons no Haiti e demais ilhas do caribe francês, grupos ou comunidades de cirramones em diversas partes da América espanhola, maroons na Jamaica, Suriname e no sul dos Estados Unidos.

Em cada região das Américas, onde o regime escravagista se instalou, registraram-se movimentos de rebelião contra essa ordem, significando que a história do cativo negro nas Américas se confunde com a história da rebelião contra o regime escravagista. Esses movimentos moldaram, profunda e definitivamente, até os dias atuais, o perfil ideológico, cultural e psicossocial de todos os países das Américas negras. E em cada um deles foi se construindo uma saga das lutas dos escravos, com seus sucessos, fracassos, perseguições, traições e atos de heroísmo. ✕

Pauta do debate

Em resposta ao compromisso assumido em Cartagena durante o *I Encontro Afro-Latino*, realizado em 2008, o Ministério da Cultura e a Fundação Cultural Palmares realizam entre os dias 25 e 28 de maio, em Salvador (BA), o *II Encontro Afro-Latino* com o objetivo de evoluir na discussão e na elaboração de uma Agenda Afrodescendente nas Américas.

A pauta do encontro é sobre as políticas públicas de ações afirmativas para a igualdade racial, e busca avançar em projetos e propostas de cooperação entre 20 países envolvidos no empreendimento – todos os países da América Latina e mais o Caribe –, por meio da articulação, cooperação, intercâmbio, da promoção e da divulgação da cultura afro nesses países.

O primeiro evento foi considerado um marco na proposta de cooperação multilateral entre os países ibero-americanos, que elegeram a diversidade cultural como objetivo de um projeto de integração que deve ganhar contornos nesta segunda edição.

Nessa perspectiva, a cultura foi posicionada como eixo central do desenvolvimento, e elemento fundamental da identidade e do bem-estar das nações. O encontro deixou a reflexão de que é na riqueza das manifestações culturais que a população afrodescendente de todos os países encontra um sentimento comum de unidade e de solidariedade para a afirmação de seus valores e de seu patrimônio.

Este segundo encontro tem como meta consolidar propostas para embasar um plano de ações estratégicas inédito no mundo. É prevista a participação de vinte ministros de Cultura, além de organismos internacionais, como a Organização dos Países Ibero-Americanos (OEI), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, e a Organização Internacional para as Migrações.

A programação terá plenárias, conferências, atividades artísticas e workshops, num esforço concentrado de mobilizar a atenção pública, dos gestores e artistas para a concretização de um projeto com diretrizes que norteiem a ação dos países latinos no âmbito das políticas culturais e de reparação social.

Segundo a assessora internacional da FCP, Martha Mouterde, foi a Colômbia que criou o formato desta agenda afro-descendente nas Américas. “Eles organizaram o 1º encontro lá em Cartagena com o tema Agenda Afrodescendente nas Américas, onde foi elaborada a Declaração de Cartagena”, um documento que é a linha mestra para formulação de políticas públicas culturais voltadas para os afro-descendentes na América Latina no período 2009/2019. A declaração recebeu a chancela

de 12 ministérios e instituições de cultura da América Latina e Caribe e de seis organismos internacionais.

Martha avalia que o afrodescendente brasileiro ficou durante décadas buscando suas raízes na África, “só que quando ele faz o movimento de retorno para o continente africano, não encontra o que procura, porque lá não existe as mesmas preocupações que existe aqui. O afro-brasileiro vai buscar suas raízes, de certa forma para dignificar essa brasilidade, resgatar sua identidade e não têm esse *feedback*, os africanos não querem mais falar sobre o tráfico negroiro.

Ela conta que quando os colombianos trabalhavam nessa agenda afro-latina se deram conta que os afrodescendentes têm os mesmos problemas, as mesmas questões sociais, identitárias, em todos os países latino-americanos. “Então, é muito mais fácil um afrodescendente brasileiro conversar com um afrodescendente colombiano do que ambos conversarem com um africano. O diálogo, as aspirações são totalmente diferentes. Com isso, eles se descobriram e se reconhecem como irmãos, pois entre eles existem os mesmos questionamentos. É possível, realmente, que um brasileiro venha a ser “irmão” de um colombiano, porque os navios aportavam aqui e lá. Isso é como uma “descoberta” recente para os afrodescendentes latino-americanos, por isso, a existência desta agenda afro-latina e a existência de um diálogo construtivo entre os afro latinos-americanos”, define Martha.

**Os afrodescendentes
latinos se descobriram
e se reconhecem
como irmãos, pois
têm os mesmos
questionamentos**

Observatório Afro-Latino

No primeiro encontro afro-latino muito se discutiu sobre como os meios de comunicação podem contribuir para o acesso e a divulgação das manifestações culturais afrodescendentes e para a consolidação de uma sociedade justa e igualitária. Foi aprovada a recomendação de que sejam estimulados processos de comunicação nos diferentes meios para superar a exclusão social, por meio da produção de conteúdos próprios pelas comunidades afrodescendentes e incentivo à adoção de formas de representação apropriadas e coerentes com sua cultura e aspirações.

O Observatório Afro-Latino é um programa da Fundação Cultural Palmares orientado para o intercâmbio e a troca de

experiências culturais e sociais entre as comunidades afro-latinas.

A ferramenta é virtual e pretende estar permanentemente em construção disponibilizando informações sobre estudos, pesquisas e estatísticas em diversas áreas, além da contribuição cultural dos segmentos afrodescendentes em cada país. O objetivo do Observatório é levar a sociedade a conhecer melhor as manifestações culturais na América Latina e proporcionar a reflexão crítica, a preservação e o desenvolvimento dessas manifestações.

A ideia no II Encontro Afro-Latino é que o Observatório esteja todos os dias, durante 24 horas, retransmitindo informações, conteúdos, imagens, repercutindo para o mundo os passos que serão

dados durante o evento. Isso possibilitará a ampliação ilimitada da discussão, trazendo para dentro do embate e das reflexões todas as redes sociais que estarão articuladas, porém não presentes fisicamente. A rede virtual permitirá que os interessados participem das discussões nos mais diversos lugares do mundo, documentando opiniões e conteúdos, e viabilizando a democratização do evento e, consequentemente, das decisões.

Esta proposta de virtualização e difusão do evento segue o direcionamento aprovado no I Encontro Afro-Latino, e nesse sentido, além do Observatório, será criada uma campanha de mídia que deve ser difundida em toda a América Latina. ✕

OBSERVATÓRIO AFRO LATINO

<http://afro-latinos.palmares.gov.br>

NOTAS



Prêmio

No dia 1º de março, a comissão julgadora oficial do 1º Prêmio Nacional de Expressões Culturais e a Fundação Cultural Palmares definiu os critérios e as datas para a escolha dos projetos vencedores, que ocorrerá nos dias 25 e 26 do mês, em Brasília. Participaram da reunião o diretor do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-brasileira, Elísio Lopes Junior, a presidente do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Osvaldo dos Santos Neves – Cadon e produtora executiva do Prêmio, Ruth Pinheiro, e o representante da Petrobrás, Luís Carlos do Nascimento.

O prêmio de R\$ 1,1 milhão direcionado ao teatro, dança e artes visuais, com estética negra, será distribuído entre as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país. As inscrições ficaram abertas de 10 de janeiro a 5 de março de 2010.

A próxima reunião da comissão julgadora para a seleção dos projetos será realizada na capital federal, nos dias 23 e 24 de março.

www.premioafro.org

Expresso Brasil na Copa

A Copa do Mundo na África do Sul, em 2010 terá muito mais dos brasileiros do que futebol, terá uma participação cultural efetiva. Uma parceria da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, com a Embaixada do Brasil na África do Sul realizará um festival itinerante mesclando o pensamento e as expressões artísticas e intelectuais brasileiras, em parceria com os africanos, já que são povos culturalmente irmãos.

O projeto terá palco itinerante, ônibus volante e auditório para palestras com personalidades brasileiras.

Filmes brasileiros em Berlim

Dois filmes brasileiros que tratam da questão do negro no Brasil – *Bróder* e *Besouro* – participaram este ano do 60º Festival Internacional de Cinema de Berlim, na Mostra Panorama.

Bróder é um longa-metragem de ficção do cineasta paulistano Jefferson D, que trata com naturalidade (não com clichês) a cultura negra brasileira no cinema. Filmado no Capão Redondo, grande bairro da zona sul de São Paulo, que costuma ser associado a altos índices de criminalidade, *Bróder* conta a história de três amigos de infância separados pela vida. “É um projeto de dentro para fora. Não importa quem é negro ou branco. Importa quem é excluído. É uma história de irmandade, para pegar pela emoção e não um manifesto.”



O diretor Jefferson D, Cassia Kiss e Caio Blat

No filme, eu coloquei um menino branco dizendo ‘Eu sou negão!’ pra ver o que acontecia. O resultado ficou interessante”, diz o diretor, que é o criador do movimento *Dogma Feijoadá*, que luta pela representação positiva dos negros no cinema e na TV, assim como maior participação desses na frente e atrás das câmeras do cinema nacional.



O outro filme brasileiro, *Besouro*, de João Daniel Tikhomiroff, é inspirado no livro *Feijoadá no Paraíso* do cartunista e publicitário carioca Marco Carvalho. *Besouro* é o lendário herói da capoeira brasileira. Um menino que desafiava as leis da gravidade e os senhores do engenho em um Brasil recém liberto da escravidão.

O longa é um épico em que a fantasia e o registro histórico se misturam no cenário deslumbrante do Recôncavo Baiano dos anos 1920. A Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, apresentou uma sessão especial do filme em novembro último, no Museu da República, em Brasília.

Editais

Como forma de democratizar e dar mais transparência ao repasse de recursos da Fundação Cultural Palmares ao fomento da cultura negra, a Fundação lançará neste ano dois grande editais: um para o 21 de agosto, quando se comemora o aniversário da Fundação, e outro para o 20 de novembro, Semana da Consciência Negra.

No ano passado a semana da Consciência Negra foi comemorada durante todo o mês com atividades em 12 estados brasileiros, 15 escolhidas pelo Edital Nacional de Idéias Criativas e cinco concebidas pela Fundação. As atividades foram variadas e contaram com seminários, lançamentos de livros, cinema, música, dança, culinária, contadores de histórias e várias outras performances. Em Alagoas, o 20 de novembro contou com atividades na Serra da Barriga, em União dos Palmares e em Salvador contou com a Semana do Benin na Bahia.

Santana (AM), Brasília e Planaltina (DF), Goiás Velho (GO), São Luiz (MA), Cuiabá (MT), Belo Horizonte, Mariana e Nova Lima (MG), Irati (PR), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Pelotas (RS), Florianópolis (SC), Presidente Prudente e São Paulo (SP) e Arrais (TO) também tiveram ideias criativas.



um mês para ter consciência

agenda 20

POLÍTICA DA JUVENTUDE PROTAGONISMO JUVENIL

O mundo que temos é o mundo que queremos?

O mundo que temos, com certeza, não é o mundo que queremos.

Temos desafios, queremos oportunidades na questão da empregabilidade.

Que empregabilidade é essa?

Empregabilidade juvenil, na qual as expectativas estão a mil.

Queremos servir, mas o servir sem ser servil, afinal não é esse o objetivo do protagonismo juvenil?

Queremos mostrar nossos serviços, serviços esses que não são quaisquer serviços mesmo sem a dita experiência.

O mercado de trabalho anda muito competitivo, mas isso não é empecilho, porque somos diferentes, somos proativos.

Enfim, somos capazes, temos identidade, caráter, personalidade e dignidade para atuar junto a vocês com os nossos conhecimentos, habilidades e atitudes da história da juventude.

em meus heróis ativos

encontrei

as encontrei,

enfim me encontrei

EDLANE SANTOS JESUS DA CONCEIÇÃO

Integrante da ONG Fábrica Cultural que participou dos quatro encontros do Giro Cultural - parte do Movimento AfroPop Brasileiro idealizado por Margareth Menezes e patrocinado pela Fundação Cultural Palmares. Esta poesia foi escrita no último encontro inspirada pelo tema *Jovem Protagonista - Política e Cidadania*.

OBSERVATÓRIO AFRO LATINO

**Programa da Fundação Cultural Palmares
orientado para o intercâmbio e a troca de
experiências culturais e sociais entre as
comunidades afro-latinas**

<http://afro-latinos.palmares.gov.br>